

CSTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
5336
Nº
11

avançada

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5800



O TÊXTIL ESTÁ... POR UM FIO



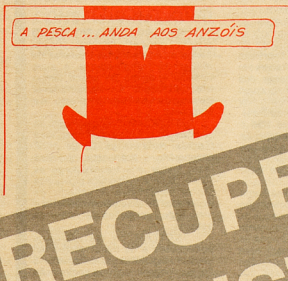
A AGRICULTURA É... UMA ESPIGA



OS TRANSPORTES ANDAM PELAS RUAS DA AMARGURA



A CONSTRUÇÃO CIVIL ESTÁ... NA RUÍNA



A PESCA... ANDA AOS ANZOÍIS

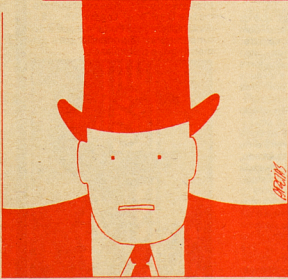


A PECUÁRIA... NÃO VÊ UM BOI

NÃO À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA



QUE
...STAS É
...US... ORA...



ORA...
NÓS SÓ QUEREMOS
RECUPERAR O
TEMPO PERDIDO

NOTICÁRIO SINDICAL

TÊXTEIS

Os trabalhadores reunidos em Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, no dia 1 de Fevereiro de 1976, na Voz do Operário,

CONSIDERANDO

— QUE, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de pretensão extinguir o Conselho Coordenador da Previdência, e a respectiva Comissão Executiva,

— que por decisão do mesmo Secretário de Estado foi nomeada uma nova Comissão Administrativa para a Federação das Caixas de Previdência, tendo sido demitidos os representantes dos trabalhadores na mesma,

— que qualquer destas decisões visa afastar os trabalhadores de gestão da Previdência

— que os patrões devem milhões de contos à Previdência e que os organismos de Estado nada têm feito para os obrigar a pagar e que a manter-se esta situação, graves prejuízos virão a resultar para os trabalhadores;

— que a integração dos trabalhadores do Vestuário na Caixa dos Lanifícios e o cumprimento por esta das regalias acordado no CCT dos Lanifícios e do Vestuário, nomeadamente, subsídio de doença a 100%, ainda não se verificam, pelos obstáculos levantados pela Secretaria de Estado da Segurança Social;

— que têm sido os representantes dos trabalhadores nas Comissões Administrativas e no Conselho Coordenador da Previdência efectivamente ao serviço dos trabalhadores;

— que a Previdência só estará efectivamente ao serviço dos trabalhadores se for gerida pelos próprios trabalhadores;

— que tudo isto se integra na escalada repressiva e de ataque às conquistas dos trabalhadores desencadeada após o 25 de Novembro.

DECIDEM

a) Exigir do Sec. Est. da Seg. Social 1. Que o Conselho Coordenador da Previdência continue a funcionar sendo reconduzido nas suas Comissões Executivas;

2. Que os representantes dos trabalhadores na Comissão Administrativa da Federação das Caixas sejam reintegrados;

3. Que tome imediatamente medidas concretas para impor a todas as empresas o pagamento das suas dívidas à Previdência;

4. A aprovação imediata da integração dos trabalhadores do Vestuário na Caixa dos Lanifícios;

5. As medidas concretas e imediatas necessárias a obrigar as empresas a assumir os compromissos tomados nos Contratos Colectivos, possibilitando à Caixa dos Lanifícios passar a dar cumprimento a todas as regalias estabelecidas;

b) — Informar o Sec. Est. da Seg. Social de que não admira qualquer tentativa de demitir as Comissões Administrativas e afastar os trabalhadores da gestão da Previdência, dando este de que em caso algum adicidario.

ESCRITÓRIOS

— Trabalhadores do sindicato dos trabalhadores de escritório do distrito de Lisboa reunidos em plenário no dia 31 de Janeiro reuniram emurgicamente terreno fascista desencadeado no país, que atingiu, nomeadamente organizações sindicais de Braga e de que por parte do país, bem como destacados militantes e dirigentes sindicais.

— Exigem medidas energicas contra a violência fascista que contínuo com toda a acção da direita pelo em causa as conquistas democráticas alcançadas pelos trabalhadores.

- FIM A VIOLÊNCIA FASCISTA! UNIDADE E DOS TRABALHADORES EM DEFESA DAS CONQUISTAS REVOLUCIONARIAS

RODOVIÁRIOS

O Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa, em face de toda a política ultimamente desenvolvida em redor das empresas nacionalizadas que constituem a Rodoviária Nacional, embebo ter sido marginalizado ao longo de todo este processo de saneamento, por determinadas forças interessadas em que os trabalhadores não se façam acompanhar dos seus representantes de classe, entende não dever deixar de responder à nota oficiosa que o citado Ministério emitiu através dos órgãos de comunicação social no passado dia 31 176.

Porque efectivamente os delegados do Governo nas Comissões Administrativas devem representar junto das empresas os interesses de toda a colectividade, o que nos parece terem feito com justiça e oportunidade em relação ao aumento das tarifas, enviando uma carta ao Presidente da CIRIN, não podemos compreender como esse Ministério entendeu ser essa posição por eles tomada, razão para o seu saneamento das empresas.

2 — Na realidade competiria ao Ministério dos Transportes — e não as medidas necessárias à garantia de estabilidade económica e financeira das empresas que visassem acutelar os reais interesses dos trabalhadores rodoviários, bem como do publico em geral — (mas como o aval dos respectivos trabalhadores). Parece-nos no entanto que não é ameaçado-os com o espantoso do desemprego e da falta de provisões para os salários que se constroem os alicerces necessários para esse caminho a seguir.

Consideramos sim, que essa é uma forma de aproveitar a despolíticação de alguns (pois todos sabemos que os trabalhadores são extremamente sensíveis à falta de dinheiro e portanto à perspectiva de desemprego), para os colocar contra as nacionalizações e fazer desejar o regresso dos patrões.

Resumindo, estamos perfeitamente certos de que esta não é efectivamente a forma correcta de proceder para com aqueles que desde sempre têm sido explorados neste país.

13 — Quando o Ministério dos Transportes — reafirma o propósito firme de continuar uma politica de racionalização do sector de transportes, — achamos oportuno perguntar, continuar (?). Qual nacionalização?

As poucas transformações, que os transportes sofreram (acabar com a sobreposição de horários, cumprimento dos mesmos, etc.) foram propostas pelos trabalhadores das empresas em conjunto e levadas a cabo e fiscalizadas por eles também.

Com que direito o Ministério reivindica este trabalho como seu?

4 — Quanto ao perigo que se corre do avanço das forças de direita é na realidade evidente. Porém provocado, quanto a nós, pela politica utilizada pelo sr. Sub-Secretário do Estado quando reira aos trabalhadores o apoio honesto e revolucionário dos membros das Comissões Administrativas que ao longo de meio ano se dedicaram a um trabalho difícil mas sem dúvida útil e até imprescindível.

Este Sindicato está no entanto perfeitamente consciente de que o cerne de todo este problema não é efectivamente o dr. Manuel Moura ou quantos possam constituir a equipa do Ministério dos Transportes. O problema é muito mais complexo e profundo. Inere-se nitidamente num plano orquestrado a nível nacional, de

ataque às conquistas dos trabalhadores, como via para a recuperação capitalista e isto é que deve estar na mente dos trabalhadores.

Enquanto se concentram as atenções em determinados pontos por vezes lançados intencionalmente para a frente dos trabalhadores, descuram-se na realidade os objectivos profundos e globais das questões e o perigo reside justamente, aí.

Precisamente inserido neste assunto, pediu o Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa uma audiência ao sr. ministro dos Transportes. Esperemos que no-la concedam, já que hoje qualquer secretário de Estado põe uma série de dificuldades em receber trabalhadores ou seus representantes.

METALURGICOS DE VISEU CONTRA O CONGELAMENTO DA CONTRATACAO COLECTIVA; CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DA VIDA; E PELO RECOMECO DAS NEGOCIACOES DO NOSSO CONTRATO COLECTIVO.

Trabalhadores Metalurgicos do Distrito de Viseu, reunidos em Assembleia Geral no dia 31 de Janeiro de 1976.

PROTESTAM contra o congelamento da contratação colectiva que neste momento põe em perigo o pão de muitas centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias e dentro de pouco tempo afectará todos os trabalhadores portugueses em proveito da burguesia.

DENUNCIAM o congelamento da contratação colectiva como mais uma medida contrária ao 25 de Abril, antipatriótica e antipopular que visa fazer pagar aos trabalhadores as custas da crise económica provocada pelos capitalistas e impedir os explorados de alcançarem melhores e mais justas condições de vida e de trabalho.

VICITAM os metalurgicos portugueses e os trabalhadores em geral a exigirem organização do fim do congelamento da contratação colectiva e a oporem-se à aplicação do chamado plano económico de emergência que mais não é que o plano da burguesia para nos boubar aquilo que através da luta fomos conquistando e cujas consequências serão o aumento escandaloso dos preços como já está a verificar-se.

AFIRMAM que empregarão todas as formas de luta necessárias contra o congelamento da contratação colectiva, contra o aumento de preços e pelo recomeço das negociações do clausulado do nosso contrato colectivo de trabalho não contemplado pela Portaria e que é de fundamental importância para os metalurgicos portugueses.



do Sindicalismo

O papel dos Sindicatos consiste na defesa intransigente dos interesses e das reivindicações dos trabalhadores.

As reivindicações dos trabalhadores são sempre uma lógica consequência da constante exploração capitalista. Os capitalistas arrancam os seus lucros, consubstanciados na mais-valia criada pelos trabalhadores. E em todos os momentos tentam aumentar esses lucros, não olhando a meios e a consequências. Essa é, por natureza, a mecânica da exploração capitalista.

Os donos dos meios de produção nunca se contentam com o volume da exploração feita aos trabalhadores. Por isso, procuram tentar sempre que a mais-valia seja a maior possível, utilizando, para isso, todos os meios ao seu alcance: baixos salários, prolongamento da duração do trabalho, cadências cada vez mais rápidas na produção, más condições de trabalho, insuficiência na higiene e na segurança do trabalho, etc.

Por esse facto, é absolutamente normal que os trabalhadores lutem, sem hesitações, de maneira constante, e mediante as suas reais possibilidades, contra os efeitos da exploração capitalista, que os faz sofrer graves e muito duras dificuldades materiais. Nesta linha de conduta, os trabalhadores têm de formular as suas reivindicações e lutar corajosa e decididamente por elas, para que as mesmas sejam satisfeitas e, dessa maneira, lhes seja restituída a maior parte possível do fruto do seu trabalho.

Naturalmente que a produtividade é sempre muito maior, quando é servida pelos efeitos da melhoria da ciência e da técnica.

Esta melhoria permite à força de trabalho do operariado produzir um maior volume de riqueza, isto é, servir de fonte de maior lucro para os industriais e capitalistas. E quanto maior for o desenvolvimento da ciência e da técnica, maior é a necessidade da amplitude de conhecimentos e da capacidade realizadora que se exige aos trabalhadores.

É, portanto, natural que os trabalhadores formulem reivindicações, com o objectivo de tirarem vantagens dos processos da produtividade assim realizada, mas também contra as consequências da maior produtividade, feita à custa do agravamento das condições de segurança no trabalho.

Além disso, a evolução das condições de vida e de trabalho provoca o aparecimento de novas necessidades do trabalhador, mais importantes e diversificadas que antes, as quais podem e devem ser satisfeitas.

Como a força e o volume de produção adquirem cada vez mais valor, é compreensível a necessidade, dos trabalhadores, de reivindicarem uma melhoria nas suas condições materiais de vida, mais de harmonia com a aproximação do pagamento da força de trabalho o mais possível com a justiça do seu valor.

As reivindicações aparecem como importantes armas que os trabalhadores têm de usar com a maior decisão e consciência de classe.

LÊ ASSINA E DIVULGA



SEMANARIO DA INTERSINDICAL

NÚMERO 49
17 de Fevereiro

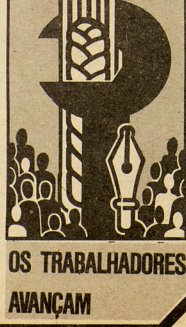
DIRECTOR INTERINO Jaime Marques Machado

16 paginas - Preço 500
REDACCAO E ADMINISTRACAO
Rua Vitor Cordón, n. 2 - LISBOA

DELEGACAO DO NORTE
UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1
Tels. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA REGPRENSA

COMPOSICAO IMPRESSAO
HESKA PORTUGUESA
Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora





CONSTRUÇÃO CIVIL EM CRISE ESTÁ O GRANDE CAPITAL DO SECTOR

Os trabalhadores da Construção Civil continuam a organizar-se para levar a vencida os objectivos definidos no plano de trabalho que o Secretariado Provisório Pró-Conselho dos Trabalhadores da Construção Civil apresentou ao Governo em 25 de Agosto de 1975 mas que foi sucessivamente ignorado, chegando mesmo um conhecido membro do VI Governo a declarar publicamente «que os trabalhadores da construção civil só querem dinheiro».

Da conversa que tivemos com o camarada Dinis do Sindicato da Construção Civil e membro do Secretariado Provisório, devemos afirmar que a luta dos trabalhadores da Construção Civil é muito mais vasta. Ela vai da simples reivindicação económica até à definição e concretização de medidas fundamentais para o imediato desbloqueamento do sector, dentro de uma perspectiva não especulativa.

«Os trabalhadores da construção civil não são demais e os salários que exigem, cobrindo mal o aumento do custo de vida, são compatíveis com a rentabilidade das empresas e perfeitamente possíveis, se forem tomadas as medidas necessárias à reanimação de um sector tão vital para a economia do país, como é o da Construção Civil».

Não é pois forçoso que os 250 mil trabalhadores daquele sector sofram, na carne, o peso da exploração, quando reivindicam ordenados mais justos, eles adiantam também as «medidas necessárias à reanimação do sector» e mostram-se dispostos a lutar por elas.

Dentro da construção civil pensa-se que há carência de habitação — isso é um facto. Há porém todo um plano traçado que ultrapassa os limites dessa carência e não falta mão-de-obra capaz de o levar a cabo. Não se pode, portanto, falar sem mais nem porquê, de crise no sector da construção civil.

«Em crise está sim o grande capital do sector, inimigo declarado da via socialista que se pretende seguir. Na verdade, os grandes empresários construtores, associados ao grande capital português e internacional, ao serviço dos quais estava o aparelho

de Estado fascista, viram, com o 25 de Abril, entrar em crise os seus fabulosos negócios».

A situação periclitante da Construção Civil provém, pois, da «incapacidade das entidades privadas» e da «incapacidade dos Departamentos Governamentais» ligados ao sector. Por outras palavras «falta o capital que os saboteadores transfeririam para o estrangeiro e faltam, neste momento, medidas do Governo verdadeiramente revolucionárias e capazes de defender as classes trabalhadoras».

Comentam os trabalhadores da construção civil: «As grandes empresas que se dedicavam a empreendimentos turísticos super-luxuosos, construções para escritórios e estabelecimentos por vezes também habitacionais, mas por tal preço e características, que apenas serviam as minorias favorecidas, pois, evidentemente, não podem continuar nesse tipo de actividade».

«Aqueles que investiam o seu capital na compra de andares, na mira do lucro desenfreado das rendas tão altas que as classes trabalhadoras não as podiam pagar, por esses, claro, consideram o sector em crise e culpam os trabalhadores que lutam por salários que os «pobrezinhos» não podem pagar.

Há que concluir: «O que está em crise é o domínio da economia pelos monopolistas e seus associados».

O camarada Dinis, na sua já longa experiência de luta, afirmou-nos: «não cederemos um milímetro que seja no que toca ao contrato, que ficou pronto em 24 de Novembro e ao qual está vinculado o próprio Primeiro-Ministro, mas também não nos demitiremos da tarefa, que como trabalhadores nos propusemos, de apontar alternativas válidas para a crise do capital. Faremos isso ao mesmo tempo que vamos desmascarar as hipóteses de regresso dos «Pimentas», «Penhãs» e outros capitalistas e a política antioperária que permite entregar ao patronato empresas que os trabalhadores se empenharam em fazer sair do caos em que eles as tinham deixado».

CONSELHO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Entretanto, aquele membro do Secretariado Provisório falou-nos das tarefas de dinamização a nível nacional para levar à prática o que ficou aprovado no Encontro das Organizações dos Trabalhadores Ligados à Construção Civil e Obras Públicas que teve lugar na FIL no dia 10 de Janeiro, sobre a formação de um Conselho Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil. «Coordenar a organização e distribuição justa do trabalho no sector e alargar o controlo operário da produção serão os objectivos imediatos desse Conselho Nacional, que aparece também como o índice de unidade e acção de todos os trabalhadores da construção civil.

Este Conselho, através dos seus órgãos regionais, deverá



actuar em articulação com os sindicatos e União Sindical e em cooperação com os demais órgãos representativos dos trabalhadores.

Foram já desenvolvidos contactos bastante positivos no Porto, Évora, Aveiro, Viseu e Setúbal e, da agenda constam outros em Viana do Castelo, Bragança, Braga e Vila Real, até final deste mês.

As últimas «démarches» para a formação do Conselho, que englobará representantes dos Sindicatos e membros das Comissões de Trabalhadores, adentram-se pelo mês de Março, com reuniões em Faro, Castelo Branco, Leiria, Coimbra e Santarém.

EM BELÉM E S. BENTO

«Como não nos demitimos facilmente do trabalho a que metemos ombros, podemos adiantar que, durante o mês de Janeiro foram desenvolvidos vários contactos com entidades governamentais no sentido de expor a situação da construção civil e as grandes linhas saídas do Encontro da FIL para o desbloqueamento do Sector».

«No dia 23 — prosseguiu — fomos recebidos na Presidência do Conselho pelo major Correia Leal. E porém nossa intenção insistir numa entrevista com o próprio Primeiro-Ministro.

«Na tarde desse mesmo dia, fomos recebidos no Conselho da Revolução pelo ten.-cor. Costa Neves, pelo primeiro-tenente, Martins Guerreiro e major Sousa Afonso.

«Mais tarde, no dia 26, tivemos ocasião de debater o programa de Construção Civil com o eng. Veiga de Oliveira do Ministério do Equipamento Social».

Em todo o País, através do Fundo de Fomento da Habitação, estão aprovados para 1.ª fase 12.400 habitações, elevando-se a 34.600 aquelas com intenção proposta.

No que diz respeito ao financiamento, o Ministério do Equipamento Social pediu 10 milhões e 600 mil contos para Habitação, 3 milhões para Obras Públicas e outros 3 milhões para infra-estruturas. O Ministério das Finanças,

porém, só cedeu 5 milhões e 300 mil contos (metade) para Habitação, 1 milhão (1/3) para Obras Públicas e 1 milhão (1/3) para infra-estruturas.

No dia 27, os trabalhadores da Construção Civil foram recebidos na Presidência da República pelo dr. Sottomaior do Gabinete Civil e Vasco Fraga, adjunto económico. «Limitaram-se a dizer que nós tínhamos razão, que estaríamos até melhor documentados que vários departamentos do Governo». Os trabalhadores, porém, fizeram sentir o seu desejo de serem a ser recebidos pelo próprio Presidente da República.

A CHACINA DO BIFE DE VACA

Eurecal! Eurecal! Eurecal! Mais três vezes Eurecal!

Depois de muito e porfiadamente procurarmos por mercados, praças, supermercados, talhos, debaixo da nossa própria cadeira, dentro do congelador do frigorífico, e noutros sítios mais ou menos inverosímeis, pistas que nos levassem à descoberta da CARNE DE VACA, finalmente, achámos.

Não, amigos, não foi a carne de vaca que achámos, infelizmente.

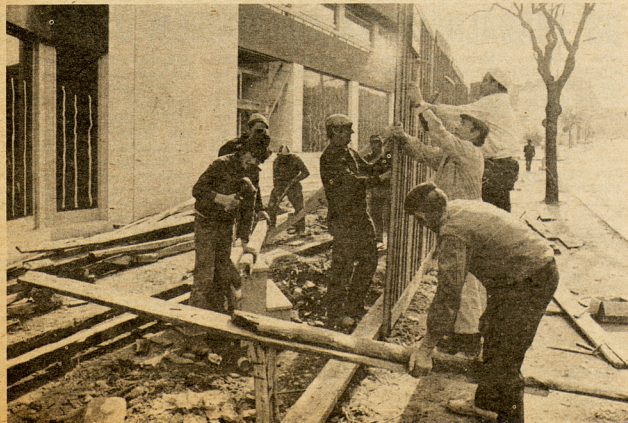
Essa continua arredia dos estômagos da grande parte de nós todos, para já não falar do nosso poder de compra.

Sabemos, isso sim, que é feito do nosso rico bifinho de vaca.

Está enterrado! Não acreditam? Mas é verdade senhores.

Lá para os Açores, que é um arquipélago, onde há uma grande base americana, uns vegetarianos não identificados arrumaram com as nossas vaquinhas e deram à solta! Fugiram pois; mataram e fugiram. Mas que se há-de fazer?

Lá o tal arquipélago é tão grande que as pobres das autoridades se vão ver aflitas para os encontrar. Se não encontram quem dá cabo de homens...





DESPEDIMENTOS EM MASSA NA MADEIRA COM A COBERTURA DO GOVERNADOR

O problema das operárias da Blandy Brothers (Secção OPC) Edifício Girassol é bem o reflexo de toda a política anti-operária que vem sendo praticada neste país. Para mais na Madeira, onde o poder francamente reaccionário, consensado pelo governador-ditador Brigadeiro Azeredo, intransigente defensor do Capital e fiel servidor da centenária exploração a que o povo da Madeira tem estado sujeito pela família Blandy (inglesa) que há mais de cento e cinquenta anos o tem sagado, oprimido e explorado.

A invulvável série de atropellos à Lei, pressões e completo desprezo dos mais elementares direitos destas operárias comu, neste processo com a assinatura do «acordo» cheio de irregularidades onde as operárias, debaixo do espectro de desemprego alimentado pelas autoridades (patrão), se sujeitam a receber apenas cerca de metade dos vencimentos estipulados no Contrato. Este «acordo», que tem o fim de garantir a continuidade de trabalho e cozinhar a boca para os dirigentes da Secção Regional da Madeira do Sindicato dos Electricistas do Sul, não tendo sido assinado nem pelo Delegado do Ministério do Trabalho na Madeira nem pela Direcção do Sindicato, o que he retrá ainda mais qualquer validade.

A renovação do «acordo» deveria ser feita em Outubro. No entanto, a Secção da Madeira do Sindicato dos Electricistas entendeu não o fazer. PORQUE, JÁ SABIA QUE AS OPERÁRIAS JÁ SËR DESPEDIDAS», vindo mais tarde a renová-lo apenas em relação aos sectores onde sabia não haver despedimentos, deixando assim as mãos livres ao patrão Blandy que dá o início ao processo de despedimento das 220 (duzentas e vinte) operárias da secção (OPC) sem qualquer entrave.

A tática é simples. Os que trabalham e enquanto trabalham ganham só metade. Os outros vão para o desemprego. As condições de despedimento postas pelo patrão e apoiadas pelo governador são em resumo as seguintes:

- 1 — Pagamento de indemnização na base do ordenado «acordado» (3400\$00) e não na do ordenado do Contrato (4800\$00 a 80\$00\$00), ou,
 - 2 — Caso as operárias aceitarem não recorrer a tribunal o Sr. Blandy pagaria as indemnizações com base em ordenados de 4000\$00, portanto ainda inferiores a tabela, ou,
 - 3 — O patrão pagaria indemnizações numa base de 4800\$00 se as operárias deixassem as máquinas sair da fábrica e consentissem que sobre estas indemnizações não incidissem encargos sociais (previdência, fundo de desemprego, etc.), o que seria outra fraude.
- O que é escandaloso ainda é a intromissão em todo este processo do Governador que toma a intransigente defesa do monopolista Blandy. Estamos nós num

processo que diz defender as classes mais desfavorecidas e destruir o poder dos monopólios.

«NÃO ACEITO IMPOSIÇÕES:— «AQUI NÃO É O CONTINENTE:— «QUEM MANDA AQUI É EU!»— «O SR. BLANDY NÃO TEM DINHEIRO».— «AGORA TODOS ACUSAM, ANTES TODOS LHE PEDIAM».— «A FAMÍLIA BLANDY DURANTE CENTO E CINQUENTA ANOS COMPROU E AGORA ATÉ VENDEU UM PRÉDIO» (Cottadinho), assim defende o Governador a centenária exploração da família Blandy.

Estas e outras são as posições governamentais da Madeira que os Dirigentes Sindicais de Lisboa encontraram quando a pedido das operárias que repudiaram a actuação da Secção Regional da Madeira deste Sindicato, lá se deslocaram.

Entretanto, o Governador da Madeira recusa-se a reconhecer a legitimidade dos Dirigentes Sindicais de Lisboa numa clara intromissão na via democrática do nosso Sindicato. Ao mesmo tempo todas as tentativas de cumprimento da legislação feitas pelo representante do Ministério do Trabalho esbarram com ameaças autoritárias do Brigadeiro Azeredo que chega a afirmar que a política do Ministério do Trabalho só tem servido para alargar economicamente o país.

E assim que as directivas mandadas pelo Ministério do Estado do Emprego e que indicam o cumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho são letra morta na Madeira.

A Direcção do Sindicato dos Electricistas do Sul pergunta:

Pode o Governador da Madeira alterar as leis do Trabalho?

Que autoridade tem o monopolista Blandy para recusar a o Secretário de Estado do Emprego determina?

Até quando o Governador da Madeira estará ao lado do patrão e contra as poucas Leis que ainda defendem os trabalhadores?

Até quando, contra tudo e contra todos, contra a Lei, o Governador da Madeira, de braço dado com o Sr. Blandy espezinham os Contratos Colectivos de Trabalho e as determinações do Secretário de Estado do Emprego?

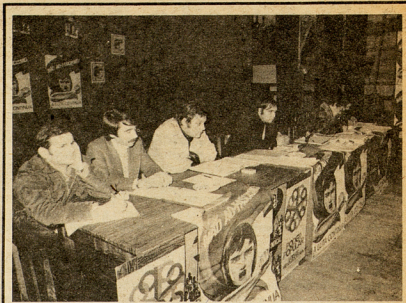
As operárias despedidas da Blandy ocuparam a fábrica até à resolução do seu problema, estando sujeitas a todas as pressões e sem qualquer apoio.

Exigem o cumprimento do Contrato ou a reconversão da fábrica e responsabilizam o Governo Central por todas as prepotências de que já foram ou venham a ser vítimas.

A sua luta é difícil. Todas as ligações com o Sindicato em Lisboa lhas são dificultadas. O telefone foi-lhes arbitrariamente cortado.

A empresa BLANDY BROTHERS e monopolista, na ilha da Madeira, do sector «FABRICANTES DE MATERIAL ELECTRICO E ELECTRONICO».

O não cumprimento da Lei por parte desta empresa será abrim um precedente que NÓS NÃO PODÉAMOS PERMITIR!



ENCONTRO DE TRABALHADORES EM COIMBRA

Promovido pelo Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra Interdisciplinar, teve lugar nesta cidade, em 7 de Fevereiro corrente, na grande sala do INATEL, um Encontro de Comissões de Trabalhadores, Delegados Sindicais, Sindicatos Cooperativas e Empresas em Autogestão, a fim de podermos ser estudados e tratados assuntos do maior interesse para a classe trabalhadora desta região.

comunhão de interesses, participaram delegações dos organismos referidos. No entanto, é de realçar o grande numero de Comissões de Trabalhadores que participaram neste Encontro, que foram de 115, o que dá, só por si, uma ideia do interesse e da amplitude de que o mesmo se revestiu.

Como não chegou a tempo à nossa Redacção o material referente a este importante acontecimento popular, só o próximo numero poderemos publicar a respectiva reportagem.

Neste Encontro, que se desenvolveu num ambiente de fraternidade e de que ser o sobrinho do patrão a ser nomeado interventor do Estado na Martins & Rebello. E pronto, foi o principio do fim. Enquanto se montam escutas telefónicas e toda uma máquina repressiva sobre os trabalhadores, o ex-patrão Serafim Figueiredo já está na firma a dar ordens aos trabalhadores, tal como antes de Junho de 1975.

Há que estar alerta. Esclarecer todos aqueles trabalhadores que ainda pouco esclarecidos, se deixam levar pelas «bonitas palavras» dos salvadores do capitalismo.

Como no Martins & Rebello, milhares de outros trabalhadores, de norte a sul do país vêem as suas conquistas ameaçadas.

A recuperação capitalista da economia é uma das mais sérias ameaças que pesa sobre milhares de trabalhadores.

Só uma forte unidade entre todos, não permitindo que no seu seio se introduzam os laiaços dos patrões e os traidores, será possível ganhar mais esta batalha. E como tantas outras os trabalhadores vão ganhá-la.

Os capitalistas estão a atacar, protegidos e incentivados pelos fortes apoios que têm no aparelho de Estado. O ministro Magalhães Mota de acordo aliás, com os interesses da classe que representa, abre as portas aos patrões, contrariando as próprias razões do 25 de Abril.

Há que impor o controlo operário. Há que vigiar todas as manobras do patronato. Denunciá-las e combatê-las. Os trabalhadores unidos, organizados e vigilantes têm força suficiente para vencer.

MARTINS & REBELLO

O REGRESSO DOS PATRÕES

O ministro Magalhães Mota ordenou, pela sua pena, a demissão da comissão administrativa da empresa de laticínios Martins & Rebello, depois de se servir prazentemente de duas ou três mentiras. «O ministro Magalhães Mota — afirmou o administrador João Gonçalves numa conferência de Imprensa — mentiu no texto da resolução sobre a nossa demissão submetida à aprovação do Conselho de Ministros. A resolução diz: ultrapassada a data prevista para a cessação das respectivas funções, continua a revelar-se necessária a manutenção da intervenção

estatal, surgindo concomitantemente a necessidade de designar nova comissão administrativa. É falso, porque a resolução do Conselho de Ministros que nos nomeou não previa nenhuma data para a cessação de funções. A nossa demissão foi marcadamente política. O ministro do Comércio Interno não conseguiu dizer absolutamente nada de desautorizador em relação à nossa administração. Por isso o assunto se arrastou mais de 15 dias; no Conselho de Ministros Magalhães Mota nem sequer se atreveu a desenvolver os considerandos habituais em resoluções desse tipo».

Mas não fica por aqui o caso da Martins & Rebello. Por artes do diabo — ele sabe tecê-las — teria

FÁBRICA ADÉRITO GUIMARÃES OS TRABALHADORES CONSTROEM O FUTURO

Na Fábrica Metalúrgica ADÉRITO GUIMARÃES, 330 operários trabalham atualmente em regime de autogestão. Produzem torneiras e outros artigos metálicos para tubagem.

Quando o patrão começou a fazer desvios de dinheiro, os trabalhadores movimentaram-se e impuseram o controlo operário. Então, o patrão abandonou a fábrica. Deixou dívidas e uma situação bastante difícil, que os trabalhadores vão superando à custa do seu suor.

Os operários enfrentaram a desvantajosa situação, com coragem, lutaram donadamente e a situação já começou a melhorar. A fábrica tem futuro e bastantes possibilidades de se desenvolver. Precisa de melhores máquinas e de melhores instalações. Os operários estão convencidos que as terão, quando for vencida, de vez, a difícil fase

com que ainda de debatam, quando a fábrica crescer. E crescerá, dizem os entusiásticos trabalhadores, confiantes nas suas possibilidades e determinação.

Também na Fábrica Metalúrgica ADÉRITO GUIMARÃES foi feita a paralisação de trabalho de 1 hora, quando do protesto, à escala nacional, contra os actos terroristas dos criminosos fascistas, que destruíram os Sindicatos de Braga. Dirigentes sindicais desta cidade e do Porto, estes portadores da solidariedade de outras terras da região, intervieram num Plenário que se efectuou. Houve diversas intervenções de outros delegados sindicais e trabalhadores, que disseram o que pensavam dos atentados, condenando-os, e sugeriram como os prevenir e remediar.

Depois, os operários secundaram decididamente a posição que na véspera havia sido apro-

vada no Plenário dos Metalúrgicos, realizado no INATEL.

Os trabalhadores da Fábrica Metalúrgica ADÉRITO GUIMARÃES estão na disposição de tudo fazerem para que esta fábrica possa prosseguir num caminho progressivo, de forma a poder tomar-se um exemplo da tenacidade e da compreensiva luta unitária dos que, sabendo servir a comunidade, servem os interesses de todos os trabalhadores do país.

Nesta como em muitas outras empresas, os trabalhadores constroem o caminho do futuro com as suas mãos.

É contra estes trabalhadores que a política do Ministério do Trabalho se levanta, ao pôr em causa as credenciais que lhes permitem o trabalho e ao mesmo tempo contribuir para uma verdadeira reconstrução da economia nacional.

2. ENCONTRO DOS SINDICATOS DO COMÉRCIO E ESCRITÓRIOS

Em Coimbra, eleeuou-se, em 7 e 8 do corrente mês, o II Encontro Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio e de Escritório, cuja iniciativa coube à Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, Federação Regional dos Sindicatos dos Empregados de Escritório do Sul e Ilhas Adjacentes e Federação Regional do Norte dos Sindicatos dos Empregados de Escritório.

Neste II Encontro foram analisados importantes problemas referentes a:

- VERTICALIZAÇÃO SINDICAL
- CONTRATAÇÃO COLECTIVA

—AUSTERIDADE E CONGELAMENTO

—ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA

que deram motivo a uma profunda análise e discussão desses problemas, de tão grande importância para a classe trabalhadora portuguesa.

Somente no próximo numero de «ALAVANCA» poderemos fazer mais uma larga referência a este acontecimento sindical, por motivo de falta de espaço, do que pedimos desculpa aos nossos amigos e leitores, assim como as Federações sindicais que promoveram esse II Encontro



2. ENCONTRO SINDICATOS COMÉRCIO E ESCRITÓRIOS



CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

A QUESTÃO DAS CREDENCIAIS

No seguimento da nota de 26.12.75, da Secretaria de Estado do Trabalho era dado o prazo até 10-1-76 para pedidos de renovação de credenciais, prazo esse posteriormente alargado até 31.1.76. Permitia igualmente a contestação por parte das entidades patronais, da fundamentação dos trabalhadores, tendo-se já nessa altura, este secretariado apercebido da gravidade que esta situação poderia trazer para os trabalhadores. Na realidade, se por um lado o Ministério do Trabalho evocava a necessidade de uma centralização e responsabilização na passagem de credenciais, não conseguiu, no entanto, escondê-las pressões que a direita exercia sobre os órgãos do poder. Ainda que mais ou menos veladamente, permitia aos saboteadores da economia nacional o «direito de contestar» as conquistas que, com grande esforço, tenacidade e espírito de sacrifício, os trabalhadores levaram a cabo.

Ora o que aconteceu foi que muito antes de 31.1 já todos sabíamos da impossibilidade de revalidação de credenciais — a máquina burocrática do Ministério do Trabalho voltou a estar demasiado empenhada para solucionar, rapidamente, problemas de real interesse dos trabalhadores.

Tinhamos perfeita noção disso! Por isso mesmo não acreditámos nas promessas feitas em 19.1.76, pelo próprio ministro do Trabalho. Todos os trabalhadores de empresas nestas condições nos comunicaram que nem uma só credencial lhes tinha sido passada. E a notícia não se fez esperar! No passado dia 29 o senhor secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, em conferência de Imprensa acabou por dar a conhecer a necessidade de mais um alargamento de prazo até 29 do corrente. Mas aqui fica a descoberto toda a jogada:

— Enquanto que os mais crédulos pudessem pensar que esse alargamento de prazo se destinava a possibilitar a passagem de credenciais, verificou-se que tal não aconteceu, também desta vez se alargou por dez dias a possibilidade de contestação das entidades patronais.

E se calhar não fica por aqui! Interessa que tudo acabe empatado, por dizer, que se for possível, por cada pedido de renovação de credencial exista uma contestação.

E depois, é fácil. Conforme foi dito na conferência de Imprensa «todas estas situações porém, ficam subordinadas ao estudo a que, neste momento o Governo procede, a fim de conferir uma grande estabilidade às soluções que venham a ser encontradas e que serão inovadoras».

O que nós entendemos por isto: — Trabalhadores e patrões saboteadores da economia, sentam-se à roda de uma mesa no Ministério do Trabalho, trocam impressões, diz-se «o que lá vai lá vai», perdoam-se mutuamente e... regressam os patrões a bem de um socialismo original.

Voltando ainda à conferência de Imprensa, foi declarado que é intenção do Ministério do Trabalho «não retirar credenciais a Comissões de Trabalhadores que se encontrem a gerir empresas dentro de equilíbrios dos princípios de gestão e com origem em motivos legais e moralmente justos».

Pois bem, é nessa ideia de que é justo os eternos explorados, deste país defenderem os seus postos de trabalho.

— É justo os explorados deste país não pactuarem com as fraudes, os desvios de fundo, as sabotagens, as mentiras, as calúnias, os des-

leixos das entidades patronais, o abandono — abandono de facto e o abandono por desinteresse — as lutas de

É justo os explorados deste país lutarem por melhores condições de vida, pela solidariedade entre os trabalhadores, pela defesa das conquistas alcançadas, pela criação de uma sociedade sem parasitas, onde todos trabalhem, todos tenham direito à assistência médica condigna, assistência na velhice, habitações decentes, escolas e infantários para os filhos, enfim, onde se acabe de vez com a exploração do homem pelo homem.

Tudo isso é justo. Só que, apesar de ser justo, para certas pessoas parece não ser legal.

Que se legalize, de acordo! Mas que esse legalismo não seja contrário aos nossos interesses — antes os defenda. Ou será que nos «motivos novos que agora eventualmente se evocarem», se pretende destruir tudo o que de justo e de legalmente revolucionário existe?

Constrói-se o socialismo dando hipóteses, nem que só de hipóteses se trate, de regresso dos lacaios do capital nacional e internacional?

Que espécie de socialismo é este, em que há medo da luta aberta de classes, e que se pretende, com paninhos quentes, apagar os que sempre nos exploraram, e os grandes causadores das situações que os trabalhadores agora têm de resolver? E felizmente que as têm sabido resolver!

Quando se declara que o Ministério do Trabalho «nunca revoca credenciais, mas pretendeu sempre, pelo menos depois do VI Governo verificar os fundamentos da gestão



pelos trabalhadores e assegurando através da credencial, a continuidade dessa gestão».

— Pergunta-se — Porquê pelo menos depois do VI Governo? Será que os governos anteriores não tinham essa preocupação?

— Era nesses governos que víamos o Ministério do Trabalho cheio de patrões como agora se vê? — Era nesses governos que a burocracia obrigava os trabalhadores, a partir das 17 e 30 a ficarem à porta do Ministério do Trabalho, deixando para o dia seguinte a resolução dos seus problemas?

— Era nesses governos que a porta dos gabinetes de conflitos de trabalho se fechavam a dirigentes sindicais, como agora acontece? Os trabalhadores sabem que não.

Com muitas lacunas que existissem, de uma coisa tinham a certeza: pretendia-se resolver os problemas que nos afligiam, e os patrões, em vez de se pavorearem nos corredores do Ministério do Trabalho, como agora, mantinham-se muito quietinhos (às vezes com a autoridade ao lado), esperando que os seus advogados chegassem para «dar uma ajuda».

Eles tinham bem a consciência dos erros que cometiam. E que só o legalismo de leis antipatriotas poderia dar uma ajuda! Como agora, aliás!

Para acabar «a completa anarquia» dão todas as hipóteses para o regresso dos saboteadores, dos incompetentes, dos falsos

Muito mais teríamos a dizer em comunicados futuros. Serão os tra-

balhadores de todo o país que obrigarão os respectivos secretários a pronunciarem-se com os dados já existentes, e outros a colher. Se o Governo quer legalidade, há que respetar a justiça das reivindicações dos trabalhadores. Só aceitaremos legalidade quando ela vem na defesa dos nossos interesses.

Legalidade para defender saboteadores não aceitamos!

CONTRA A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO COM O PATRONATO!
CONTRA O REGRESSO DOS SABOTADORES!

PELA DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!
PELA DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES!
POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO RUMO AO SOCIALISMO!
A LUTA CONTINUA!

PLENÁRIO DAS EMPRESAS EM AUTOGESTÃO E COOPERATIVAS

«A questão levantada pelas Credenciais é um falso problema! No entanto, não deixa a curto prazo se preocupante pois é nesses documentos que tem assentado a vida de muitas empresas em poder dos trabalhadores!» A questão de fundo, porém, é muito mais grave! A questão de fundo é que o actual Governo está fazendo verdadeiras concessões para a recuperação do capitalismo nacional e internacional. — afirmou-se no Plenário das Empresas em Autogestão e Cooperativas, realizado no dia 7 de Fevereiro nas instalações da FIL.

A tentativa de «arranjar formas próprias de luta que evitem a queda de tudo que os trabalhadores conseguem (produzir mais — conservar os postos de trabalho e aumentá-los) e levar para casa o pão de cada dia» levou o Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas a propor «que se organizem em Cooperativas de Produção Operárias todas as empresas que já têm condições para tal, por ser este processo um garante dos postos de trabalho e a anulação das antigas empresas capitalistas».

Reputando a «co-gestão» e todas as formas de conciliação com o patronato, foi ainda salientado como procedimento a adoptar «que todas as empresas em autogestão mais as Cooperativas, se juntem em uniões por sector de actividade para acabar com os intermediários parasitas, tanto na recepção (matérias primas), como na colocação dos produtos que produzimos ou comercializamos» e ainda «que participem activamente neste movimento como uma forma

de desmarcar a reacção e seguir rumo ao socialismo».

A União dos Sindicatos de Lisboa/Intersindical dirigiu um apelo a todos os trabalhadores portugueses em geral «para uma ampla frente organizada com a recuperação da arrancada capitalista» em que se enquadram «o conhecido caso da Têxtil Manuel Gonçalves, autêntica manipulação fascista, o da Facar e, bem mais recentemente, o escândalo de Martins & Rebelo, com a conivência directa do Ministro Magalhães Mota — exemplo flagrante de como os órgãos do Poder estão comprometidos com a recuperação capitalista». A USL/Intersindical lembrou ainda pequenas empresas onde os «saboteadores legítimos» pretendem entrar. E o caso da Codiproel e da Coopgente sobre os quais foram aprovadas as seguintes propostas:

CODIPROEL

Os delegados das Empresas em Autogestão e Cooperativas, reunidos na FIL, aos 4.2.76 têm conhecimento de que:

— O patrão do ex-Supermercado «Mealheiro do Lar» despediu doze trabalhadores

— Os trabalhadores que ficaram não o permitiram e correram com o patrão

— Foram criados mais 17 postos de trabalho

— Amortizados mais de 2000 contos de dívidas do patrão

— Encontraram no dia 4.2.76 às 9 horas da manhã a porta selada

EXIGIMOS:

1. Medidas que determinem a deslocação das portas por forma a possibilitar aos trabalhadores o exercício da sua actividade normal

2. A permanência de agentes da PSP no exterior da Cooperativa, para evitar a entrada do patrão e seus capangas.

3. O reconhecimento pelo governo dos elevados prejuízos emergentes do encerramento, da Cooperativa, nomeadamente pela deterioração de muitos géneros alimentícios que se destinam ao abastecimento do povo, com todos os inconvenientes para a saúde pública. A paralisação de todo o movimento da firma, que acarreta a impossibilidade de liquidar a fornecedores e a bancos, os compromissos assumidos que lesam outros trabalhadores e a economia nacional.

COOPGENTE

Os delegados das Empresas em Autogestão e Cooperativas, reunidos na FIL, aos 4.2.76 tomaram conhecimento do assalto à Coopgente e que:

1. Os assaltantes ocuparam as instalações;

2. O Ministério do Trabalho diz que os trabalhadores têm que recuperar os seus locais de trabalho;

3. A PSP não interfere sem instrução do Ministério da Administração Interna, mas aconselha os trabalhadores a fazerem o mesmo — (por via terrorista).

EXIGIMOS:

1. Que seja imediatamente entregue aos trabalhadores — os únicos

produtores — as instalações da Coopgente

2. Que sejam tomadas medidas imediatas contra o assalto organizado às oficinas dos trabalhadores.

REVALIDAÇÃO AUTOMÁTICA DE TODAS AS CREDENCIAIS

Os procedimentos antipatriotas do Ministério do Trabalho foram longamente debatidos e não menos contestados: «Não será com 29 dias de prazo para caducarem as credenciais que nos vão destruir, pois são muito mais significativos os 10 dias dados de bandeja aos patrões reacçãoários para poderem com os seus cães de fila, que sabem muito de Direito, afiar os dentes e prepararem-se para o assalto final e destruidor que só o fascismo sabe fazer». O Plenário exigiu do Ministério do Trabalho a «revalidação automática de todas as credenciais».

Dentro da unidade e coesão que se pretende criar entre todas as empresas em autogestão e cooperativas tem ainda releva «a criação de piquetes de zona constituídos por trabalhadores de empresas em autogestão e cooperativas» os quais chamando a si a solidariedade das demais empresas, acorrerão a qualquer local onde os patrões ou as autoridades tentem impor o «lock-out» nas empresas geridas pelos trabalhadores.

O Plenário contou com a presença de uma delegação do Secretariado das Empresas em Autogestão e Cooperativas da Zona Norte (Porto).



NO PORTO ENCONTRO DE SINDICATOS

No passado dia 22 de Janeiro, com a presença dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Profissionais de Farmácia, Marceneiros, Escultores e Pintores, Conservadores, Cartageiros, Panificadores e Moagens, Rodoviários e Empregados de Garagens, Cobradores, Carpinteiros e Comércio, realizou-se nas instalações deste último sindicato, um Encontro de Sindicatos para em conjunto serem tratados problemas ligados à Previdência e Despedimentos.

Estiveram também presentes o Secretariado das Empresas em autogestão e cooperativas e membros da Comissão de Trabalhadores da "William-Grant".

Neste Encontro foram abordados com exaustão as questões referidas, tendo sido aprovadas as moções que passamos a transcrever.

PREVIDÊNCIA

Considerando a actual situação da Previdência, caracterizada por um montante de dívidas dos patrões superior a cinco milhões de contos, por uma estrutura burocrática e inoperante e uma assistência médica ao serviço da medicina privada e dos laboratórios das multinacionais.

Considerando que por causa disso os trabalhadores, segurados da Previdência, vêm em risco a regular prestação dos benefícios e a melhoria dos mesmos, são vtimas de atrasos injustificáveis e de uma assistência médica desatendida e de sem qualidade que faz a Previdência, com o dinheiro dos trabalhadores, sustentar uma medicina elitista, ao serviço das camadas mais favorecidas, os Sindicatos presentes na reunião de 22 de Janeiro na sede do Sindicato dos Trabalhadores do

Comércio do Porto, reclamam do Estado as seguintes medidas:

1. Promulgação de leis obrigando os patrões a pagar as contribuições em dívida à Previdência, prevendo o confisco dos seus bens particulares e dos seus familiares próximos e tendo em conta o apoio às pequenas e médias empresas em reais dificuldades;
2. Integração imediata da Acção Médico-Social da Previdência num Serviço Nacional de Saúde unificado e sob a responsabilidade do Estado.

Os Sindicatos reunidos no dia 22 de Janeiro no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto, considerando que a Previdência é financiada pelo dinheiro dos trabalhadores e que a sua finalidade social lhes dá particularmente respeito, decidem:

1. Repudiar a falta de audiência das organizações sindicais e dos seus representantes nas Comissões Administrativas das instituições de Previdência pelo Conselho de Ministros ao tomar a resolução de integrar a Previdência no Estado;
2. Repudiar a tentativa de extinção do Conselho Coordenador e da Comissão Executiva da Previdência;
3. Reivindicar a mais ampla participação dos trabalhadores em quaisquer decisões que visem alterar a estrutura da Previdência;
4. Repudiar a solução proposta pelo Congresso da Indústria Portuguesa que pretende fazer pagar com o dinheiro da Previdência a política de despedimento dos despedimentos para defesa dos seus lucros.

TRABALHADORES DE SEGUROS CONTESTAM ESTATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Na passada sexta-feira reuniu na sede do respectivo sindicato a Assembleia Geral dos Trabalhadores de Seguros do Norte. Ponto quente da Assembleia, a Previdência, levou à aprovação do seguinte telegrama, após discussão sobre os benefícios e vantagens da integração ou não de Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros do Estado:

"Trabalhadores de Seguros do Norte, reunidos em Assembleia Geral no dia 6-2-1976, tendo tomado conhecimento extinto Conselho Coordenador da Previdência e respectiva Comissão Executiva, órgão de reconhecida participação trabalhadores gestão Previdência.

- 1 — Considerando que os 35 milhões de contos gastos da Previdência são totalmente desviados aos trabalhadores e por isso não podem ser geridos sem a sua participação.
- 2 — Considerando que a extinção do Conselho Coordenador da Previdência seguida da nomeação para Federação das Caixas de Previdência de uma Comissão Administrativa em que não participam representantes trabalhadores, integram os primeiros passos para a integração Previdência no Estado, decisão arbitrária já que os trabalhadores não foram ouvidos nem o Conselho Coordenador da Previdência.
- 3 — Considerando que a integração da Previdência no Estado deverá ser previamente discutida pelos trabalhadores/entes.
- 4 — Considerando que entre as conquistas dos trabalhadores após o 25 de Abril conta-se precisamente o direito de participar na gestão da Previdência. Deliberação:

1 — Exigir a revogação do despacho que extinguiu o Conselho Coordenador da Previdência e respectiva Comissão Executiva.

2 — Exigir que os representantes dos trabalhadores/entes integrem a Comissão Administrativa nomeada para a Federação das Caixas de Previdência.

3 — Rejeitar a integração da Previdência no Estado se tal se fizer sem a participação dos trabalhadores reclamando do Governo e do Conselho da Revolução a discussão pelos trabalhadores de todo e qualquer processo de estatização da Previdência ou de alteração das suas estruturas.

4 — Exigir legislação que obrigue o patronato a liquidar as dívidas à Previdência.

5 — Reservar-se o direito de assumir formas de luta para resolução deste assunto.

Aprovado com uma abstenção e nenhum voto contra."

Esta moção foi entregue em mão, conforme decisão da Assembleia, ao Conselho da Revolução, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Governador Civil do Porto e Ministério dos Assuntos Sociais.

Sobre a onda de terrorismo fascista os Trabalhadores de Seguros aprovaram o seguinte telegrama:

"Trabalhadores Seguros Norte reunidos Assembleia Geral 6-2-1976 manifestam vivo repúdio onde violência fascista que assola país, designadamente recentes ataques terroristas sedes sindicatos Braga e protestamos contra demora adopção medidas parte Conselho da Revolução e Governo a fim de garantir liberdades democráticas e sindicais. Exprimem também solidariedade de classe aos trabalhadores e aos sindicatos atingidos terrorismo fascista.

Contra o terrorismo fascista, pela defesa das liberdades sindicais."

DESPEDIMENTOS

Os Sindicatos reunidos no dia 22 de Janeiro no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, face à escalada de despedimentos que está a abranger grande número de empregados e especialmente aqueles que mais se têm destacado na defesa dos interesses dos seus camaradas de trabalho, considerando que a grande maioria dos empregados não é abrangida pelo subsídio do desemprego e considerando ainda as resoluções do recente Congresso da Indústria Portuguesa que apontam para o incremento dos despedimentos, decidem:

1. Reclamar do Governo a proibição efectiva e imediata de qualquer despedimento sem justa causa, independentemente do sector de trabalho considerado;
2. Reclamar protecção legal contra os saneamentos selvagens;
3. Exigir a extensão do subsídio de desemprego a todos os trabalhadores desempregados, incluindo nos trabalhadores rurais;
4. Exigir a participação dos Sindicatos na definição de uma política económica orientada para a criação de novos postos de trabalho e para a satisfação das necessidades das classes laboriosas.

Considerando que os assalariados agrícolos (trabalhadores permanentes de quintas e empresas agrícolas e pecuárias) não possuem qualquer legislação de trabalho.

Considerando que além de salários de miséria que vão de 7000 a 12000\$, de trabalho de sol-a-sol, sem férias, os patrões estão a usar o despedimento como liquidação dos trabalhadores mais velhos, como vingança e como arma de intimidação contra quantos se interessam pelo seu Sindicato, que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto tem conhecimento de terras abandonadas ou subaproveitadas, em manifesto prejuízo da economia nacional e da mão-de-obra.

Considerando que o primordial objetivo da luta dos trabalhadores agrícolas do distrito do Porto é a melhoria das condições de trabalho, decidem:

PLENÁRIO SOBRE PREVIDÊNCIA

Os representantes sindicais nas Comissões Administrativas das Caixas de Previdência e o secretariado dos Grupos Sindicais de Trabalho para a Previdência convocam as direcções sindicais, os delegados e comissões sindicais/trabalhadores, e ainda todos os trabalhadores em geral para comparecerem no próximo dia 14 de Fevereiro, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Dívidas do patronato à Previdência.
 - 2 — Integração da Previdência no Estado e participação dos trabalhadores na gestão e controlo.
 - 3 — Situação dos reformados.
 - 4 — Saída:
 - a) Participação das comissões de trabalhadores e moradores, no Serviço Nacional de Saúde.
 - b) Segurança no trabalho.
- A reunião efectua-se na Cooperativa do Povo Português, Rua do Parafuso, 217 - 2.º - Porto.



reito do trabalhador é o direito ao trabalho.

— Os Sindicatos promotores do II Encontro de Sindicatos, realizado em 22 de Janeiro de 1976 no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto, propõem:

1. Que o Governo decreta imediatamente a suspensão de despedimentos sem justa causa também no sector agrícola.
2. Dar conhecimento da necessidade de tal lei justa, moral e urgente ao Presidente da República,

Conselho da Revolução, Ministério da Agricultura e Pescas, Assembleia Constituinte e aos órgãos de comunicação social.

3. Solicitar a todos os Sindicatos a sua adesão a esta campanha de solidariedade para com os nossos companheiros do campo.

No final da reunião foi feito pelo representante na mesa do Sindicato dos Gráficos, um apelo à unidade dos Sindicatos, dos Trabalhadores, de todos os explorados em torno dos interesses comuns.

TRABALHADORES AGRÍCOLAS ORGANIZAM FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO

Oito de Fevereiro foi dia grande para os trabalhadores agrícolas do distrito do Porto.

Com efeito, esta assembleia foi a primeira que se realizou depois do reconhecimento legal do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, e isso bastaria para lhe dar importância.

- Com uma ordem de trabalhos curta:
- 1 — Vida sindical.
 - 2 — Legislação a propor ao Governo para defesa do assalariado agrícola.
- A assembleia registou elevado número de presenças de trabalhadores deste sector, que participaram nos trabalhos activamente.

Quando ao ponto n.º 1, foi reconhecida a necessidade de promover a dinamização sindical em todo o distrito, e rapidamente, se forma a promover a sindicalização de todos os assalariados rurais. Igualmente apontada a conveniência de se estabelecer contactos com trabalhadores de outros sectores profissionais, com vista a trocar as respectivas experiências sindicais.

Para este efeito ficou decidido promover uma FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO em Penafiel, onde se situa a sede do sindicato. A concentração realizou-se no campo de futebol da Freguesia, denominado Estádio Primeiro de Maio, e terá início às 14.30 horas do dia 29 de Fevereiro, domingo.

Como fica dito, esta iniciativa tem por objectivo fundamental promover uma troca de conhecimentos, experiências, entre os trabalhadores do campo e da cidade, servirá também de sessão de esclarecimento sobre sindicalismo. Será, portanto, uma jornada de luta dos trabalhadores do campo, aos quais se juntarão certamente operários, trabalhadores, todos os que desejam reforçar a unidade entre todos os trabalhadores.

Constará de duas partes:

- 1 — Intervenções.
 - 2 — Confraternização, com cântico livre, folclore, danças, etc.
- O Sindicato dos trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto convida todos os trabalhadores que o queiram fazer a deslocar-se a Penafiel no dia 29/2, e convida muito especialmente os Trabalhadores Agrícolas do Sul, que com a sua luta esforçada conquistou cada vez mais a simpatia dos trabalhadores do Norte.

Quanto ao ponto 2 da ordem de trabalhos, foi aprovada a seguinte moção:

"Considerando que o programa do Movimento das Forças Armadas tem como um dos seus objectivos principais defender as classes mais desfavorecidas; Considerando que nós, assalariados agrícolas, sempre fomos constituídos pela mais das maiores arbitrariedades e explo-

ração, o que aliás tem sido reconhecido pelos diversos Governos Provinciais e até consagrado em decretos, como o Decreto n.º 17-B/75;

Considerando que, exceptuando esse decreto e o Decreto n.º 292/75, o qual infelizmente apenas teve a vida de um mês, nada mais foi feito para remediar essas nossas condições de trabalho, e isso apesar de constantes promessas e reclamações oficiais;

Considerando que já são vários os casos de despedimento sem justa causa e sempre incidindo sobre trabalhadores que se interessam pela sua organização sindical, os lutam pelos seus poucos direitos, o que pode ser testemunhado pela Delegação do Porto do Ministério do Trabalho);

Considerando que, para além do facto de o direito ao trabalho ser um direito sagrado do trabalhador, esses despedimentos serem feitos com notório prejuízo do aproveitamento da terra.

Propomos desde já com imperiosa justiça;

— Que o Governo decreta imediatamente a proibição de despedimentos sem justa causa dos assalariados agrícolas.

2 — Que essa proibição abranja todos os trabalhadores permanentes ou que habitualmente prestam serviços na agricultura, na pecuária e na silvicultura em quintas ou empresas.

3 — Que, para evitar vinganças da parte dos patrões, esse decreto tenha valor a partir da presente data, 8 de Fevereiro de 1976."

Moção enviada a: Conselho da Revolução, Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Agricultura e Pescas, Ministro do Trabalho, e Assembleia Constituinte.

Esta moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Foi ainda aprovada, também por unanimidade e aclamação, uma Moção com um voto de louvor à União dos Sindicatos do Porto:

Como a União dos Sindicatos do Porto, através dos membros do seu Secretariado do Manuel Barra e Mário Alves, desde fins de Abril de 1975, sempre nos acompanhou, prestando todo o apoio à criação do nosso Sindicato agrícola financeiro, técnico e de dedicação total na defesa dos nossos interesses, propomos:

— Que se fique registado em acta e comunicado à União dos Sindicatos do Porto um voto de louvor por essa solidariedade.

Ao Pároco da Freguesia de Penafiel foi também dirigida uma saudação, pelo enquadramento que tem dado aos trabalhadores agrícolas, sempre constituído da sua organização de classe.



UNIÃO DOS SINDICATOS DE AVEIRO UM EXEMPLO DA CAPACIDADE E UNIDADE DOS TRABALHADORES

A União dos Sindicatos de Aveiro é um exemplo da capacidade e unidade das massas trabalhadoras em torno das suas organizações de classe e tendo como base a defesa intransigente dos interesses económicos, sociais e políticos dos trabalhadores e da democracia.

Esta União Sindical, vítima da violência fascista no Verão de 75, depressa se reorganizou, desenvolvendo uma intensa actividade sindical que tem grangeado o apoio dos milhares de trabalhadores do distrito.

No passado dia 27 de Janeiro levou a efeito um plenário, com a presença dos Sindicatos dos Chapelleiros, Mineiros, Metalúrgicos, Mecânicos de Madeira, Gráficos, Panificação, Hoteleira, Tapeteiros e Cordeiros, Sapateiros, Cerâmicos, Construção Civil, Corticeiros e Têxteis (delegações), para tratar exclusivamente do importante problema da Previdência.

Após amplo debate, onde foi denunciada a acção do Ministério da Comunicação Social e repudiada a integração da Previdência no Estado, foram aprovadas duas moções que passamos a transcrever:

MOÇÃO

Os Sindicatos signatários, reunidos especificamente para tratar dos problemas relativos à Previdência, repudiam a integração desta instituição no Estado porquanto os trabalhadores deste país não só não se pronunciaram sobre tal medida mas também por que entendem que se a mesma viesse a concretizar-se seria para extinguir dívidas existentes para com a Previdência e servir-se do seu dinheiro para fins que não os do interesse dos trabalhadores.

Paralelamente não permitirão que os trabalhadores não tenham assento na gestão democrática da Previdência, por eles sustentada, estando dispostos a assumir as formas de luta necessárias à defesa dos seus interesses.

MOÇÃO

Os Sindicatos signatários, após análise do despacho que extingui o Conselho Coordenador da Previdência, decidem:

— Manifestar o seu total repúdio por tal medida e denunciá-la como altamente marginalizante e lesiva dos interesses dos trabalhadores;

— Denunciar publicamente mais esta medida contra os trabalhadores e lutar por todas as formas ao seu alcance para que os mesmos não sejam joguetes nas mãos de quem os diz defender mas no fundo mais não faz do que atraçá-los;

— Apoiar as últimas medidas tomadas no Plenário das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência.

Dos nossos camaradas da União dos Sindicatos de Aveiro, recebemos ainda um comunicado

do onde se condena firmemente os atentados terroristas em Braga, contra as organizações dos trabalhadores.

COMUNICADO

No momento em que com base em pretensas disposições legais

se praticam ingéneras no seio das organizações sindicais e se procura abrir brechas no movimento Sindical, as forças reacţionárias, fascistas e fascizantes aumentam a sua escalada de terror.

SEM ORDEM DEMOCRÁTICA NÃO HÁ DEMOCRACIA

Os atentados terroristas verificados na noite de 28 para 29 de Janeiro em Braga contra organizações sindicais, mereceram o repúdio unânime dos trabalhadores portugueses, que de norte a sul do país paralisaram no passado dia 2 de Fevereiro, manifestando de forma inequívoca a sua firme disposição de se oporem à vaga de violência fascista e defenderem as conquistas alcançadas e a democracia.

Nos distritos de Aveiro, Beja, Coimbra, Lisboa, a paralisação efectuada atingiu altas percentagens de adesão. Entre os 80 e 100 por cento.

Igualmente nos outros distritos as percentagens foram semelhantes, tendo os trabalhadores aproveitado o período de greve para discutir com as autoridades a tomada de medidas enérgicas que restabeleçam a ordem democrática em todas as zonas do país.

A democracia não se constrói sem ordem democrática e esta não pode ser restabelecida com palavras. Se estas podem dar indícios das instruções das autoridades só uma acção firme das forças militares e militarizadas contra os bandos terroristas, poderá dar os resultados que o povo ansia e exige.

Não é lícito invadirem-se cooperativas de produção, sindicatos, herdeiras colectivas, colectividades populares, soltar fascistas e ao mesmo tempo deixar impunes bandos terroristas que perante a passividade das autoridades, agem às claras destruindo os haveres das massas trabalhadoras.

Têm-nos chegado centenas de Moções aprovadas em reuniões nos locais de trabalho e nos Sindicatos, em que os trabalhadores são claros na denúncia das verdadeiras causas do terrorismo fascista e nas propostas para o desmantelamento dos bandos que espalham a destruição e a violência.

Na *Multipiano*, os trabalhadores paralisaram e reuniram um plenário, como protesto contra os atentados bombistas, e a crescente escalada reacţionária que grassa de Norte a Sul do país. Do plenário saiu uma Moção onde se afirma: — Que as autoridades com a sua passividade nada mais fazem do que acalentar semelhantes actos.

Este é um sentimento generalizado das massas trabalhadoras. Da mesma forma se pronunciaram milhares de outros trabalhadores.

Na *Metalurgia Alentejana de Beja*, na empresa *Cruz & Alves* (obra em Beja), do Instituto dos Corais do Conselho de Beja, na empresa *João Francisco Batalha & Filhos Lda*, na *COMEGUL — Construções Metálicas do Guadiana Lda*, nos *Estabelecimentos Isidoro M. Oliveira, SARL*, firma *Joaquim Ferreira Pena*, na firma *José Estevão Barbosa*, na firma

José António da Silva — Montijo, na firma *Artur Constante*, na firma *Adelino Antunes Verissimo*, na *Companhia de Criação e Comércio de Gados*, na *Sociedade Montijense de Carnes, Lda*, na *Sociedade de Construção Soares Costa* em Sines, na firma *Servo e Cunha, Lda*, na *Empec — Sines*, na *Comasul, Companhia Portuguesa de Pesca, Pescadores de Setúbal* reunidos em Assembleia Geral, no *Banco da Agricultura (Praça do Chile)*, na firma *Marques e Vincent, Barreiro*, na *Indelma*, na delegação do *Seixal do Banco Nacional Ultramarino*, no *Armazém e Escritórios da Mollafex em Sacavém*, na *Pré-Cooperativa Agrícola Estrela Negra*, dos *trabalhadores Metalúrgicos de Viseu*, reunidos em Assembleia Geral, os *delegados sindicais dos Técnicos de Desenho*, reunidos em Plenário, na *Lisnave*, no *Alentejo*, na *Sociedade Reparadora de Navios*, nas oficinas do *Metropolitano*, na *Lepetit*, na *Merck*, na *Farmoquímica*, na *Imprensa Nacional*, na *Lusolame*, na *Mundial Turismo*, na *Cometna*, na *Luso Italiana*, na *Frontárticus*, na *Mague*, na *CUF do Barreiro*, na *Soponala*, na *Boch*, nos *ULP da Venda Nova*, e em tantas outras empresas os trabalhadores foram unânimes em exigirem das autoridades «medidas no sentido de reprimir os actos de vandalismo fascista, para que seja restabelecida a ordem democrática e os trabalhadores possam usar das liberdades».

A tomada destas medidas consta da plataforma que serviu de base à

Este triste balanço da actividade terrorista desencadeada, ontem, em Braga, sugere-nos perguntar às autoridades deste país:

— Que atitudes e medidas concretas vão ser tomadas para pôr cobro a actos desta natureza?

— Para onde nos leva a passividade para com os terroristas e, simultaneamente, a repressão

sobre instituições e individualidades progressistas?

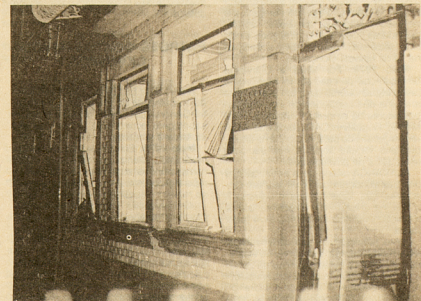
TRABALHADORES
Só com a vigilância e reforço da unidade de todos os trabalhadores conseguiremos travar o passo à reacção e o regresso ao fascismo.

DIGAMOS NÃO AO FASCISMO!

trás ainda, são eles que ditam as leis. Não é esta a «liberdade» que tem em conta as classes mais desfavorecidas. Com esta «liberdade» constrói-se o fascismo, não a democracia.

Seja-se limpo nas afirmações e actue-se com a coerência correspondente.

Porque razão não se mobilizam as forças militares e militarizadas, para o restabelecimento da ordem democrática, desmantelando os ban-



Um exemplo de destruição fascista

Porque se espera? Com certeza que mais tarde não nos virão dizer ser o terrorismo fascista, mais uma das originalidades do processo revolucionário! É que ninguém acreditaria e cobrirá de ridículo o que pretenda fazer.

Os fascistas batem à porta numas zonas, entram mesmo noutas, noutas

dos terroristas e prendendo os responsáveis?

É esta a acção que as massas trabalhadoras, todos os explorados reclamam dos poderes constituídos. É esta a acção que conduzirá ao restabelecimento da ordem democrática no país e permitirá o pleno uso das liberdades por toda a população.



Ao terrorismo os trabalhadores respondem com unidade



A VIOLÊNCIA ORGANIZADA DO TÊXTIL A LUIS GONÇALVES PATRÕES CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Abril 1974: Acontece o 25 de Abril, e as liberdades que nos traz são de imediato aproveitadas pelos trabalhadores para desenvolver, criar e reforçar a sua organização de classe, elegendo delegados e comissões sindicais, comissões de trabalhadores, destituindo directores sindicais fanflocos. Assim também aconteceu no Têxtil Manuel Gonçalves.

Maió 1974: Foi eleita a Comissão Sindical, que de imediato foi mandatada pelos trabalhadores para um processo de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da empresa. — Sendo a Têxtil Manuel Gonçalves SARL, uma das maiores empresas do país, não tinha na altura, qualquer regalia social a não ser para meia dúzia de privilegiados.

ALAVANCA referiu-se já às conquistas dos trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves que foram desde o «direito à crítica na gestão da empresa» até à proclamação dos despedimentos sem justa causa.

Como resultado da luta desenvolvida pelos trabalhadores, que serviu de exemplo para muitas outras fábricas da zona, começaram a aparecer e a desenvolver-se as pressões e ameaças sobre os trabalhadores que mais se destacaram, e especialmente sobre a Comissão Sindical.

Fevereiro de 1975: É distribuído clandestinamente em Fátimã um panfleto assinado pela F.T.A.C. — Frente de Trabalhadores Anti-Comunistas onde, entre outros, eram proferidas ameaças várias contra a Comissão Sindical. As ameaças e insultos eram de diverso teor, sendo a mais significativa a que ameaçava «reprimir violentamente, se necessário, dentro das instalações da Têxtil e a pessoa de todos os delegados sindicais com o fim de os reduzir ao silêncio».

MARÇO 1975: Havia já bastante tempo que a orientação especulativa da empresa era de molde a levantar suspeições aos trabalhadores.

Quando foram despedidos 14 trabalhadores, quando se soube que estava em estudo o despedimento de mais trózetos, quando começaram a surgir dúvidas por parte da banca em prestar o financiamento pedido pela administração, devido aos elevados valores já financiados, os trabalhadores decidiram discutir e averiguar com clareza o que se passava no domínio das «contabilidades e das escritas».

Para tanto realizaram em 23 de Março uma assembleia geral onde foram aprovados os seguintes pontos:

1. Que seja dado trabalho aos militares em gozo de licença;
2. Que sejam reintegrados como trabalhadores efectivos, sem perda de qualquer regalia os trabalhadores que foram postos no desemprego por terem terminado o contrato, assim como aqueles que estão em vias de o terminar;
3. Reivindicar à administração que ponha fim a todos os gastos e estruturas funcionais improdutivas que sejam alheias aos interesses de todos os trabalhadores e da empresa. Que se criem grupos de trabalho para fazer um estudo das anomalias existentes a fim de serem sanadas;
4. Que no futuro a complexidade no encobrimto de gastos improdutivos, seja considerada motivo para justa causa

de despedimento àqueles que a praticam. A sanção entrará em vigor logo que os grupos de trabalho tenham definido claramente o que se consideram gastos improdutivos.

PATRÕES CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Abril 1975: Em 28 de Abril o Ministério do Trabalho, de colaboração com o Quareto Geral do Porto (departamento de sabotagem económica), inicia uma sindicância à empresa.

Maió 1975: Em 23 de Maio termina a sindicância à empresa. Alistamo-nos de considerações superficiais, e transcrevemos alguns dados e algumas passagens do relatório elaborado pelo sindicante:

O respectivo Conselho de Administração é composto de três elementos: Manuel Gonçalves; António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves; António Morgado Pires. Entre os accionistas consta: Luis Fohadela Carneiro de Oliveira, cujo nome figura como terceiro implicado nos acontecimentos de 28 de Setembro, conforme se infere do respectivo relatório oficial.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

«A liberdade de acção de que usufruíram, até certa altura, aqueles administradores, baseava-se nas suas ligações com influentes interesses económicos e políticos e no ambiente de total despoliçação reinante no seio das populações das zonas em que se encontram instaladas as unidades fabris.

Sobre as ligações políticas da administração da Manuel Gonçalves recorde-se que Manuel Gonçalves esteve algum tempo detido após os acontecimentos do 28 de Setembro e o que o seu genro Luis Fohadela de Oliveira, accionista da firma, consta como terceiro responsável, do relatório respeitante àqueles acontecimentos.

Ultimamente a margem de acção da administração tem sido significativamente limitada pela vigilância da Comissão de Trabalhadores e pela denúncia que esta faz, sempre que necessário, de irregularidades detectadas.

A nível de quadros, a empresa dispõe de reduzido número de pessoas que gozem da confiança absoluta dos trabalhadores.

Deve referir-se que são precisamente os sectores-chave da empresa aqueles cuja orientação está atribuída a indivíduos mais comprometidos com administração. É o que sucede com os sectores de compras, vendas e pessoal e com as directões fabris.

Este facto levanta a necessidade de ser cuidadosamente ponderada a modalidade de intervenção a aplicar a esta empresa.

RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA

Passemos agora a analisar o relatório da sindicância no que respeita aos meios:

1. Foi comprovado o abuso de vales de caixa, especialmente pelos administra-



749.566\$00; Sombra, LDA, (adiantamentos), 4.364.889\$00. TOTAL: 37.912.104\$00.

4. Comprovada a utilização para gastos particulares dos administradores de elevadas importâncias.

«Neste capítulo deve distinguir-se, por um lado, os gastos particulares de Manuel Gonçalves e António Gonçalves que se encontram registados no balanço de 1974 na conta diversas, contas a regularizar. Por outro lado, existe um certo número de bens registados no activo imobilizado da firma mas que, no entanto, são utilizados, exclusivamente, para fins particulares dos administradores.

No primeiro caso temos a referir os seguintes vales:

Saldo da conta 4101000 — Manuel Gonçalves, 4.581.161\$00; Idem, 4296000, António Gonçalves; 2.505.847\$00, valores registados na conta-obras de terceiros, respeitantes essencialmente a propriedades particulares do administrador M. Gonçalves, 62.073.912\$00; TOTAL: 73.160.721\$00.

São consideradas abrangidas pela segunda hipótese, no mínimo, os seguintes vales:

Administração, 2.047.860\$00; Edifício de S. Tiago da Cruz, 2.272.576\$00; Edifício Neptuno, 14.843.300\$00; Herdade das Tezas, 11.992.443\$00; Loja, 108.596\$00; loja Têxtil Manuel Gonçalves, 272.728\$00; avião Têxtil Manuel Gonçalves, 4.764.710\$00; Obras em curso (Herdade das Tezas), 26.849.335\$00, TOTAL, 68.151.553\$00.

Além da imobilização de capitais que estes bens exigem e do custo em reintegrações que acarretam, fizeram incorrer a empresa, em 1974, nos seguintes gastos:

Edifício S. Tiago da Cruz, 311.137\$00; Edifício Neptuno, 1.067.910\$00; Herdade das Tezas, 2.962.009\$00; Loja, 275.963\$00; Iate, 168.019\$00; Avião, 917.168\$00; TOTAL, 5.059.254\$00.

5. Comprovado que, apesar da boa situação económica, que ainda hoje se mantém, a situação financeira da empresa era má.

«Responsabilidades bancárias: eram as seguintes as responsabilidades registadas em 31.12.74:

— Em efeitos a pagar:
Banco da Agricultura, 50.000.000\$00; Banco Borges e Irmão, 10.250.000\$00; Banco Pinto e Sotto Mayor, 398.947.500\$00; Banco Português do Atlântico, 123.330.500\$00; Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, 12.727.000\$00; Banco Toca e Açores, 1.000.000\$00; Banco Borges e Irmão (Guimarães), 92.113.500\$00; Banco Pinto de Magalhães, 36.719.500\$00; SUB-TOTAL, 725.128.000\$00.

— Em financiamentos:
Conta Geral de Depósitos, 133.460.000\$00; Banco Português do

Atlântico, 5.636.374\$00; SUB-TOTAL, 139.096.374\$00.

A deduzir: acetos bancários não descontados, 14.618.000\$00. TOTAL: 124.478.374\$00.

«Ambos estes vales foram aumentados nos primeiros meses do ano em curso (1975).

Acreditamos que o total, na altura da sindicância, conforme se veio a verificar depois, era de cerca de um milhão de contos.

6. Admitida a presunção de «Operação Ruinosa» para a compra de acções da firma Melo e Gonçalves, após valendo 3.300 contos, e que custaram à empresa 67.700 contos.

7. Comprovada a compra de acções a um administrador, António Gonçalves, após valendo nominalmente 429 contos, e que custaram à empresa 6.896 contos.

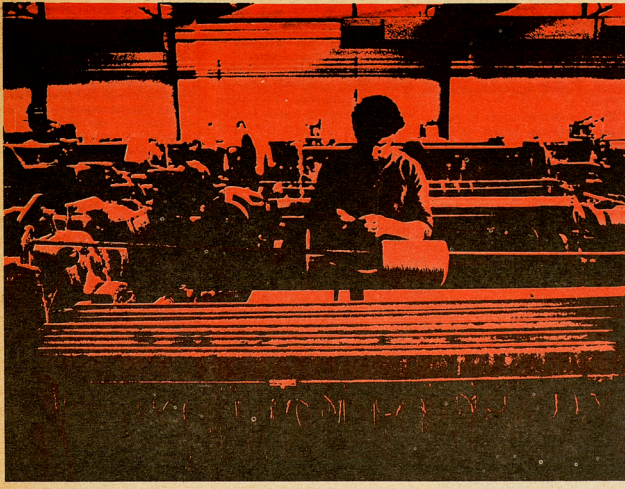
A transacção foi concretizada em 17 de Maio de 1974, embora escriturada com data de 1 de Abril de 1974. Para o efeito foram utilizadas cotações de 23 de Fevereiro de 1974. Efectuada, portanto esta transacção numa data em que se encontrava encerrada a Bolsa e paralisadas todas as transacções de títulos, só pode justificar-se pela necessidade de transferir para a empresa potenciais peras, previsíveis, em face da situação do mercado de títulos. Trata-se assim, igualmente de uma operação ruinosa para a firma, que mais contribuiu para a sua descapitalização.

8. Comprovado que embora a Herdade das Tezas, unidade agrícola de grande capacidade de produção, sobretudo em gado, figura como um valor do activo imobilizado, e embora tenham sido pagos pela empresa largos valores, não foi realizado qualquer resultado da exploração da referida herdade.

9. Comprovada a existência de uma empresa fictícia, a Varela e Ca. Lda., que serve para nominalmente importar o algodão que a T.M.G. precisa, e que é propriedade dos administradores da T.M.G. É curioso que esta firma funcione nas instalações da T.M.G. e só tivesse um funcionário.

10. Das conclusões do relatório da sindicância transcrevemos:

a) Caracteriza-se a empresa Têxtil Manuel Gonçalves SARL por uma satisfatória situação económica, e uma situação financeira débil consequência e um aproveitamento máximo da situação económica, sustentada essencialmente com o recurso desmedido a capitais alheios no sentido de assegurar a máxima rentabilidade para os capitais próprios. O domínio da família Gonçalves sobre a empresa é inequívoco e repercutiu-se na arbitrária utilização que os administradores fazem dos capitais, ao dispor da empresa (próprios e alheios) em valores excessivamente altos, para fins particulares.



Repercutiu-se, igualmente, aquele domínio, num quadro de dirigentes altamente comprometidos e em toda a estrutura administrativa hostil a todos os esforços desenvolvíveis, até hoje, pelos trabalhadores, no sentido de fiscalizar os negócios da empresa.

As irregularidades já detectadas e mencionadas no capítulo anterior, constituindo operações motivadoras de descapitalização da empresa e de desvios de fundos da sua actividade fundamental, tornam inevitável o enquadramento da acção da respectiva administração no âmbito da alínea c) e especialmente da alínea e) do art. primeiro do Decreto-Lei n.º 660/74, de 23 de Novembro de 1974.

a) A caracterização dos elementos que constituem a administração da empresa e o procedimento que lhes deve ser aplicado não podem ser desligados dos vínculos que os unem a determinadas forças políticas, como o demonstram os já citados acontecimentos de 28 de Setembro de 1974.

Com efeito, tais vínculos têm-se feito sentir notoriamente no ambiente da empresa, quer naquela data, quer mesmo em 11 de Março de 1975.

1) Concluímos, assim, sugerindo a aplicação imediata das seguintes medidas:
1. Suspensão de todas as suas funções dos actuais órgãos sociais da empresa, bem como dos directores que não gozam da total confiança dos trabalhadores da empresa, nomeadamente nos sectores administrativos, compras, vendas, pessoal e direcções fabris.

2. Consideração da Têxtil Manuel Gonçalves SARL, como abrangida pelas já citadas alíneas c) e e) do artigo primeiro do Decreto-Lei n.º 660/74, de 23 de Novembro de 1974.

3. Nomeação de acordo com a Comissão de Trabalhadores da empresa, de uma Comissão Administrativa que passe a assegurar a gestão da empresa, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo terceiro do referido decreto-lei.

5. Solicitação às autoridades militares das medidas preventivas havidas por necessárias para evitar a evasão daqueles mesmos elementos com o fim de se equivararem às responsabilidades que lhes possam vir a ser atribuídas nas irregularidades detectadas.

6. Realização prévia de um plenário de trabalhadores da empresa, antes de serem concretizadas as medidas que se preconizam, dada a especialidade do ambiente sócio-político em que a firma se encontra inserida. Tal plenário destinar-se-á a assegurar a denúncia de todas as irregularidades cometidas na empresa e da sua situação financeira, por forma a garantir, por parte do pessoal, uma completa compreensão e adesão às soluções que forem havidas.

Em resumo, camaradas, mais de duzentos e cinquenta mil contos utilizados em proveito próprio, em proveito de terceiros alheios à empresa, esbanjados em

operações ruins, etc. um descabro autêntico, uma política de rapina.

A RESPOSTA GOVERNAMENTAL... E O CONTRA-ATAQUE DAS FORÇAS REACZIONARIAS

Julho 1975 — Em resultado da sindicância, o Governo nomeou uma comissão administrativa para a empresa, constituída por Abel Costa, engenheiro Abrantes Tavares e um dos membros da administração anterior, Morgado Pires, comissão que toma posse em 16 de Julho.

Imediatamente após esta decisão governamental inicia-se a acção dos patrões para recuperação da empresa.

Acção de sapa, mentira, calúnia, contra a comissão sindical, o Governo, a comissão administrativa, o processo político em curso, etc.

Em 30 de Julho realiza-se um plenário de trabalhadores da fábrica de Campelos. Verifica-se então uma acção orquestrada com perfeição: o engenheiro Campelo, apoiado por alguns sequazes, lança acusações (falsas) à comissão sindical, à comissão administrativa, e agem de forma a manipular o plenário.

No exterior, alguns carros munidos de aparelhagem sonora, acompanhados de dezenas de crianças da escola (1 gritavam-se algumas palavras de ordem: O povo de Campelos está conosco! Fora com a comissão sindical!

Fora com os comunistas!
Fora a comissão administrativa!
Fora com a comissão sindical!

Agosto de 1975: Continuam as manobras provocatórias. Logo em 1 de Agosto é novamente tentada a paralisação da fição, o que não se consegue. As forças reaczionárias mudam então de tática: com algumas centenas de pessoas, na sua maioria esmagadora estranhas à empresa, organizam uma manifestação em Fátima, onde se situam os escritórios, que acabam por invadir. Palavras de ordem:

Patrão amado, o povo está contigo!
Fora a comissão sindical!
Fora a comissão administrativa!
Morte aos comunistas!

Convém ter presente que estes acontecimentos seviram também de pretexto para destruir sedes de partidos políticos de esquerda em Fátima, e foram o primeiro acto de violência que ocorreu no Minho, servindo de alicerce detonador para as dezenas de actos de vandalismo depois praticados em cadeia. Ou seja, é claro e evidente, que os acontecimentos da TMG em Fátima fizeram (e fazem) parte de um plano muito vasto, lançado pelas forças de direita, para recuperarem as posições de classe — económicas, sociais, políticas, que perderam com a

evolução política posterior ao 25 de Abril de 1974.

Trabalhadores não são vândalos. Não invadem instalações do seu próprio local de trabalho. Não aproveitam as sombras do anelco.

Em 25 de Agosto após o período de férias, desencadeia-se novamente o processo de tentativa de paralisação da empresa, o que se consegue em parte com muita violência. E uma nova marcha sobre Fátima.

Setembro 1975 — A Comissão Sindical promove as eleições. Nove dos delegados já existentes são confirmados.

Novembro de 1975 — Acontecimentos militares de 25 de Novembro também na TMG, a direita ganha força.

Dezembro de 1975: A nova comissão sindical, que desde a eleição se caracteriza por sujeição aos patrões e pela hostilização à comissão administrativa, convocou um plenário. Este decide:

— Exigir o regresso dos ex-patrões até Janeiro de 1976.

— Fazer um inquérito às actividades da anterior comissão sindical (inquérito este que vem a mercer o inteiro apoio da anterior comissão sindical, pois que afirmam -assim serão pontos a claro muitas das manobras contra nós feitas, assim aparecerá a verdade-.

Em 29 de Dezembro os ex-administradores escrevem à comissão sindical agradecendo o convite do plenário do dia 14, pois que:

«Ao deixarmos aqui expresso o nosso agradecimento pela confiança depositada, queremos afirmar que a vossa atitude foi para nós de grande conforto moral, mas não surpresa, pois nunca duvidámos do vosso espírito de justiça e lealdade que é, afinal, a retribuição do sentimento de

sincera estima e solidariedade que devotamos em todos os nossos colaborações.

«Sempre os trabalhadores estiveram na primeira linha das nossas preocupações e não esqueceremos nem deixamos de trabalhar para a empresa que construímos e obra de todos nós, e que não seria possível sem a vossa imprescindível colaboração.»

(Carta de Manuel António Gonçalves à Comissão Sindical da TMG, em 29 de Dezembro de 1975).

E, como prova das preocupações que os rodeiam, exigem:

— Apoio sem condições da banca.
— Suspensão e afastamento de dezasseis trabalhadores.

— Ordem, disciplina, respeito e acatamento das decisões a todos os níveis.
— Prologa-se até 5 de Fevereiro o prazo para o regresso dos ex-patrões. Os anteriores delegados sindicais são impedidos de falar.

A exigência apresentada pelo Manuel Gonçalves, quanto ao afastamento de 17 funcionários é «ratificada» pelo Plenário, que ameaça também paralisar a fábrica se os ex-patrões não forem reintegrados. Segundo alguns delegados sindicais da actual comissão sindical, o Governo está bastante sensível para... o regresso dos ex-patrões!

Di 8: Novo plenário com a presença de uma delegação governamental. O senhor Rolo, em representação do Ministério do Trabalho aconselhou os 17 trabalhadores ameaçados de despedimento que «não falem para não haver barulho»...

Estes 17 trabalhadores, bem como todos os que os apoiam, são novamente impedidos de falar...

OS ÚLTIMOS GOLPES E O REGRESSO DOS PATRÕES

Di 4: O Governo decide suspender a intervenção do Estado na empresa (considera o Conselho de Ministros que «o condicionamento da empresa não recomendam que continue a ser-lhe aplicado o Decreto-Lei n.º 660/74»).

Que condicionamentos? Terá acabado a predisposição para os desvios em proveito próprio de bens alheios de Manuel Gonçalves e C.? Terá acabado a má administração? Em que se baseou o secretário de Estado da Indústria Lígera para propor ao Governo esta decisão, já que este membro do Governo afirmou que não se deixaria influenciar por qualquer relatório, numa evidente e descarada alusão à sindicância efectuada pelo Ministério do Trabalho?

O Governo apoiou, com esta decisão, toda a administração prejudicial de Manuel Gonçalves, todas as fraudes, desvios e abusos cometidos...

Novo Plenário: Embora o Governo não reconheça qualquer suspensão ou (banimento), Manuel Gonçalves não quer saber disso para nada. E vai daí parte da comissão sindical, nomeadamente os delegados sindicais Alípio de Sousa e ege, Jorge Monteiro (este um ex-administrador da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaca), apoiados pelo habitual grupo de pressão tratam de resolver o problema. Como? Aprovando, por esmagadora maioria, em votação de braço no ar, a suspensão dos 17 trabalhadores.

Convém ter presente e registar que

entre os «argumentos» do «grupo de pressão», que já referimos, constam alguns métodos — «muito democráticos» — guarda-chuvas, pontapés, muros, e ainda diversos objectos contundentes... etc. Em consequência da «democracia» utilizada, diversos trabalhadores foram da ambulância para o hospital...

Dezasseite trabalhadores estão agora impedidos de trabalhar. Quem manda em Fátima?

O Governo ou o Manuel Gonçalves? Qual a validade da lei? Os trabalhadores trabalham certo. O Governo governa? Ou é «governado» pelos Manueis Gonçalves, Martins e Rebelos, e etc., que pulam pelo país como pedo a democracia?

Se pensarmos que no dia 7 de Fevereiro uma representação dos 17 esteve no Quartel-General do Porto, para se avistarem com Pires Veloso (o que não conseguiu). Se pensarmos que foi recebida pelo encarregado dos assuntos de trabalho do Quartel-General, que afirmou nada saber do que se passa e nada poder fazer. Se pensarmos que esse encarregado é um militar, maior, e que se permitiu dizer que há muitas ordens do Governo que não são cumpridas... Se pensarmos que esse militar, major Folhadela, é da família do sr. Manuel Gonçalves, então concluímos que interesses demais estão em causa.

Na Têxtil Manuel Gonçalves não se joga apenas o trabalho e a subsistência de 17 trabalhadores. Ali, em Fátima, a direita civil, política e militar joga (e ganhou) já, em parte, com o apoio de órgãos governamentais e militares, uma importante cartada: a da recuperação dos meios de produção que o processo de democratização lhe arrebatou das alíneas económicas que são a sua razão de ser e a sua possibilidade de existir. Existir como?

A da «disciplina e da harmonia» capitalistas, da ordem burguesa, que significa exploração. Exigir oprímimo e lançando novamente o medo como forma de aumentar a produção e os lucros. Ali, joga-se a cartada da recuperação capitalista das empresas de onde os patrões saíram depois de sabotarem, anarararem. Depois de se manobramarem com os bens da comunidade.

Grande parte dos trabalhadores que agora se pretende sanear estão colocados em secções importantes, e desempenham funções de responsabilidade (técnicos de computadores, chefes de contabilidade, de escritório, etc.).

Pretexto o sr. Manuel Gonçalves não ter olhos e ouvidos indiscretos em serviços com acesso às manobras, sabotagens, golpes que decreto prepara...

Golpes contra uma empresa que, ao contrário do que foi afirmado, e prospera, tem «stocks» de matérias-primas normalis, tem já a produção totalmente vendida até Junho de 1976, e se mais não vendido já o porque não lhe convém.

«Não entrarmos na empresa de cabeça baixa, a pedir perdão. Nada fazemos que o justifique. Pelo contrário, continuaremos a denunciar qualquer acto lesivo da empresa e dos interesses dos trabalhadores». Continuaremos a lutar contra as pretensões e a exploração — dizem os 17 trabalhadores. E o número dos que, dentro da empresa, estão dispostos a lutar ao lado deles, cresce dia a dia.

Manuel Gonçalves sabe-o. Por isso é tão intransigente na sua exigência: «Ou eu ou os 17».

O sr. major Folhadela também. Por isso diz que há muitas ordens do Governo que não se cumprem...



REFORMA

agrária



CUIDADO REACCIÓNARIOS, ESTAMOS ATENTOS

CONFEDERAÇÃO DE AGRICULTORES DE PORTUGAL OS VENDILHÕES DA

REFORMA AGRÁRIA

Assim que, no passado dia 1 de Fevereiro, se tenham realizado os encontros desta natureza no Bombarrel, em Famalicão, em Viseu, Loulé, Castelo Branco e outras cidades.

Não vamos dedicar muito tempo a estes vendilhões da Reforma Agrária, porque, sim, eles a querem vender e empenhar aos latifundiários, ao grande capital.

Alertamos, tão somente, os verdadeiros agricultores de Por-

tugal, os trabalhadores agrícolas, para as manobras que se vão preparando, nas suas costas, contra a sua corajosa luta, pela democracia, pelo socialismo.

Digamos, assim, que do Bombarrel saiu esta brilhante tirada: *«Fomos a Lisboa em massa, em dia que ficar marcado na vida da Agricultura e da Revolução, levar, aos que defendem a verdadeira democracia, o apoio*

de que já demos provas na noite de 24 para 25 de Novembro».

Dá ideia que estes «democratas» defendem o mesmo que Salazar, Caetano e Cia, isto é, a política das armas na mão, contra o Povo.

Em Famalicão foram as pessoas informadas de que «a Reforma Agrária não é nada que defenda a lavoura; e que nada tem de válido!»...

Claro que a nossa Reforma Agrária nada tem de válido para os exploradores do Povo.

Claro que a nossa Reforma Agrária não defende os interesses dos Agrários, mas sim os dos trabalhadores.

Portanto...
Portanto há que apodar a Reforma Agrária de coisa iniqua,

que não defendessem os interesses dos trabalhadores, à semelhança das «leis-fascistas?»

«Eis fascistas, pois claro!

«É isso que vocês querem, não é, senhores dos «plenários?»

«Tem que ser assim, já que vos insurgis contra a colectivização das terras, que são UM BEM SOCIAL.

«E, por certo, esse espírito que os leva a afirmar, que «se a colectivização das nossas terras (nossas?) for por diante pela força e, se em vez de uma verdadeira Reforma Agrária, de acordo com os agricultores portugueses, nos for imposta uma Reforma Agrária marxista, com a consequente COLECTIVIZAÇÃO DA TERRA, estou certo que todo o povo do Norte (será mesmo todo, ou alguma pequenina minoria?)» nas cidades, nas aldeias, nas vilas e nos casais, se virará para Lisboa e gritará numa só voz — malditos seja!».

«Abrenúncio», irmãos, que isto de confederar na agricultura leva tudo de arrasto.

«VENHA A MIM O VOSSO REINO»

Carneiradas, palavras balofo de quem não sabe mais do que o «venha a mim o vosso reino».

Ora então, malditos sejam os que não querem a terra ao serviço de todo o Povo português, há?

Ora então, nada de colectivização dos bens sociais, e inferno para os que a querem, há?

Que grande jogada...

E depois ainda vem o fado choradinho do pobre do agricultor, cotadinho, que fica sem nada, para mandar rezar 1 milhão de MEAS CULPAS, ao cura da zona.

De Loulé, vila algarvia, uma confederada, para quê dizer o nome, afirmou-se na letra do documento Reforma Agrária, não no espírito, para defender a criação de uma Reforma Agrária, «que faça com que os grandes

CRARA

O Plenário da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária reunido no dia 3 de Fevereiro de 1976 decide anunciar o seu vivo repúdio pelas provocações exercidas por forças militares dos Comandos e outras forças militares, contra os trabalhadores agrícolas que estão a realizar a Reforma Agrária, como foi o caso recentemente em algumas herdades colectivas do distrito de Beja e já anteriormente em Setúbal e Santarém.

Este plenário alerta todos os trabalhadores para se unirem contra o perigo fascista e chama a atenção a todos os militares progressistas para o carácter intimidativo e de coacção psicológica das provocações acima referidas.

sejam menos grandes e os pequenos menos pequenos e não uma Reforma Agrária que seja só expropriação da terra».

Assim, segundo o «pasquim» (como lhe chamou a oradora) que é feito de números e letras (idem), deviam-se diminuir as parças grandes dos latifundiários (os grandes) e aumentar os estômagos dos trabalhadores, com subnutrição.

Outro confederado, interveio, para dizer ao mundo, «que não quer os tempos antes do 25 de Abril nem os anteriores ao 25 de Novembro».

Como poderia ser de outro modo?

Antes do 25 de Abril, era a força dos trabalhadores, latente, em organização.

No período anterior ao 25 de Novembro, foi a realização dessa mesma força da classe explorada, que se revelou e tornou irreversivelmente talvez, na maior conquista do Povo português: a Reforma Agrária, nem documento nem «pasquim», uma realidade nos campos de Portugal.

E mesmo assim, face às evidências, ainda têm o descaramento, estes confederados, de afirmar nas Beiras Baixas (Castelo Branco), que «estamos com o VI Governo, mas contra o ministro da Agricultura», e que «dizemos não à colectivização das terras».

Isto é, não à Reforma Agrária, sim a quem está contra ela, e não ao que ela representa.

Por outras palavras, o que se quis dizer foi um «fora» para Lopes Cardoso, outro para a Reforma Agrária dos trabalhadores e ainda um outro «fora» com o Socialismo.

Os trabalhadores agrícolas, os que estão organizados nos Sindicatos, que labutam dia a dia nas unidades colectivas de produção, os que já eram pobres e explorados do fascismo e que estão a construir as bases dum Portugal novo e próspero, esses, como todos os explorados deste país, dir-vos-ão à uma: «CUIDADO REACCIÓNARIOS, OS TRABALHADORES ESTÃO EM LUTA».

REFORMA AGRÁRIA E SOCIALISMO: DOIS EXEMPLOS

AUMENTA O NÍVEL EDUCACIONAL DOS CAMPESES NA URSS

De cada mil trabalhadores agrícolas, na URSS, perto de metade possuem instrução superior ou média, enquanto em 1939, só 18 detinham este «privilegio».

O crescente nível educacional dos camponeses soviéticos está condicionado, sobretudo, pela intensificação da produção agropecuária.

Na agricultura e na pecuária introduzem-se modernos métodos industriais de trabalho. E cada vez maior a quantidade de maquinaria moderna que chega aos estabelecimentos agrícolas.

Para maneja-la, formam-se especialistas em numerosas escolas rurais, técnico-profissionais, nas quais, além de aprenderem a sua profissão, os alunos frequentam a escola secundária.

Também nas escolas rurais aumenta a promoção de quadros qualificados para as fazendas agrícolas. Além das disciplinas de ensino geral, os programas incluem o estudo de diversos ramos de produção agrária, os hábitos de manutenção da maqui-

naria moderna, agrícola e pecuária. Muitas escolas rurais possuem os seus próprios parques de automóveis e tractores, as suas «quintas-escolas» e campos experimentais.

O estudo, nestes campos de ensino, é GRÁTIS, tal e qual como nos outros tipos de instrução, na URSS.

Imediatamente depois dos exames de fim de curso, propõe-se a cada aluno trabalhar segundo a sua especialidade.

VIETNAME DO NORTE: AUMENTA A PRODUÇÃO

O Vietname do Norte, país em condições de bastante primitivismo rural, em que os meios técnicos eram exigentes e a cultura do povo mínima, é um bom exemplo de socialização da terra.

Senão, vejamos como se processou, em traços gerais, a Reforma Agrária, naquele país.

A pequena e média propriedades foram mantidas e até incentivadas. Dividiram-se as terras dos colonos e dos colaboracionistas com o estrangeiro e com o FASCISMO, o que permitiu que 2 milhões de famílias de camponeses fossem contempladas com a distribuição de terras.

O Vietname do Norte não dispunha de meios de aquisição de maquinaria, nem tão pouco de meios para outras obras de valorização da agricultura colectiva. Apesar do baixo rendimento da propriedade individual, houve que mantê-la, mas foram procurados meios de ligar os agricultores, para a prossecução de obras conjuntas e de melhores resultados.

Assim, recorreu-se, em primeiro lugar, à entreajuda, procurando reunir vários trabalhadores donos de terras, em tarefas comuns.

Seguidamente, criaram-se COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO, nas quais se manteve, inteiramente, a propriedade privada.

Todavia, existiam para utilização dos cooperativistas, meios de produção, tais como, alfaías e algumas máquinas, que foram sendo adquiridas. Estas mesmas cooperativas passaram, depois, ao arrendamento de terras, cujo maior rendimento entusiasmo, muito, os camponeses que vieram junto as suas terras, áquelas já exploradas pelas cooperativas, segundo contratos estudados para o efeito.

Quanto à preparação de quadros técnicos para a gestão das cooperativas, foram preparados agricultores

POBRES, em vez dos antigos grandes proprietários, também sócios, mas com defeitos e vícios anticoope-

rativistas e anti-socialistas. Criaram-se UNIÕES DE COOPERATIVAS REGIONAIS, reunindo todas as cooperativas de uma região, para obras de interesse comum.

Assim, entre 1955 e 1965, verificou-se um AUMENTO DE PRODUÇÃO agrícola de cerca de 31%.

Novos métodos de cultura foram, então, introduzidos do que resultou, por exemplo, na cultura do arroz, um aumento de produção por hectare, que se cifra nos seguintes números: Em 1956 a produção por hectare era de 5000 toneladas, tendo sido de 4 toneladas em 1960, e de 3 toneladas em 1969!

Os números e os factos falam por si.

O Socialismo e a Reforma Agrária andam a par e passo.

Com o Socialismo e a Reforma Agrária, vêm, inevitavelmente, a prosperidade, a justiça social, o fim da exploração do homem pelo homem.

E caso para, mais uma vez, perguntarmos: QUEM NÃO QUER O SOCIALISMO, QUEM NÃO QUER A REFORMA AGRÁRIA?

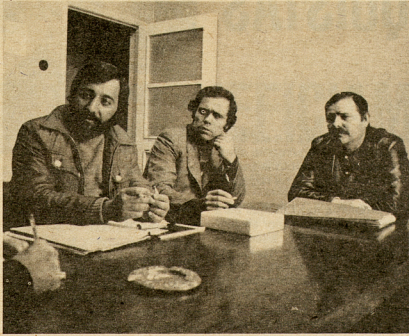


SANTARÉM: 14 DE FEVEREIRO GRANDE CONCENTRAÇÃO COMÍCIO

Entrevista com a Comissão de Luta

Uma Comissão de Luta de Trabalhadores, constituída pelos dirigentes sindicais Luis Grácio e Joaquim Lopes Lima, do Sindicato dos Metalúrgicos e Jerônimo Bom, do Sindicato dos Operários Agrícolas, do Distrito de Santarém, teve a iniciativa de organizar para o próximo SÁBADO, 14 de Fevereiro, às 15 horas no Largo do Seminário, em SANTARÉM uma grande concentração-comício de trabalhadores. O objectivo principal desta manifestação popular é o de expressar publicamente o protesto da classe laboriosa:

- CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- CONTRA A CONGELAÇÃO DA CONTRATAÇÃO SALARIAL
- CONTRA O TERRORISMO, QUE GRASSA IMPUNEMENTE NO PAÍS
- CONTRA OS SANEAMENTOS À ESQUERDA
- CONTRA O AVANÇO DA REACÇÃO E DOS FASCISTAS
- CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES ÀS EMPRESAS EXPROPRIADAS E GERIDAS PELOS TRABALHADORES



O «ALAVANCA» trocou impressões com esses camaradas dirigentes sindicais. E, durante essa conversação, ficámos a saber que deram a sua adesão a esta iniciativa, os Sindicatos distritais dos Hoteleiros, da Construção Civil, dos Meta-

lúrgicos, dos Operários Agrícolas e dos Papeleiros.

A Comissão de Luta, que teve esta iniciativa, pede-nos para expressar aqui o seu APELO a todos os outros Sindicatos de Trabalhadores desta região e do país, a fim de motivarem

os seus aderentes e sócios para que adiram a esta grande manifestação-comício, pela defesa dos interesses dos produtores da riqueza da nação, que são os operários, os camponeses, todos os trabalhadores destes país.

Com a agravação da situação económica e social que se tem verificado, especialmente depois do 25 de Novembro, a União Distrital dos Sindicatos, com o participação dos delegados sindicais e das comissões de trabalhadores, tinha realizado um plenário a nível da região, durante o qual havia sido aprovada uma Moção em que se preconizava a paralisação de trabalho durante duas horas, em 6 de Fevereiro, das 14 às 16.

No entanto, e depois de terem reunido novamente essas organizações metalúrgicas, mantendo o espírito da proposta inicial, fizeram uma contraproposta, na qual se pedia que fosse substituída pela realização dum grande concentração-comício. Dessa maneira, foi ali mesmo constituída uma comissão de luta, que é a encarregada de transformar em factos essa decisão colectiva.

A manifestação de 14 de Fevereiro em Santarém terá como justificação fundamental a luta contra as medidas

antioperárias e antipopulares do Governo, e em especial desde tão justamente contestado ministro do Trabalho, assim como a luta contra os actos terroristas que tanto têm ensombreado, e continuam a ensombrar, quase todos os dias, o país, em especial a região do Norte.

Também ficou decidido que esta concentração-comício seja apenas o começo dum mais profundo e importante acto de protesto colectivo dos trabalhadores do distrito de Santarém contra as inúmeras arbitrariedades e violências patronais e governamentais feitas sobre os trabalhadores e as suas organizações sindicais. Que, por esse facto, será analisada, posteriormente, a situação e, então, serão discutidas e decididas novas medidas de protesto e de acção contra essas e outras violências de carácter patronal e governamental, que tanto têm agravado o nível de vida dos operários, camponeses e empregados nos, todos os trabalhadores deste país. E, dessa maneira, proporcionando a «abertura» pela qual os reaccionários têm avançado a passos de gigante, neste processo de «afirmação» reavivamos o interesse do trabalhador em se dificultar mais e mais o avanço da Revolução saída do 25 de Abril, como, até, se pudermos, da sua própria destruição.

O distrito de Santarém é semi-agrícola, semi-industrial. Pensámo-nos, com várias entrevistas a nível governamental que os metalúrgicos e os camponeses têm lido até agora, as coisas pudessem ter melhorado para a classe trabalhadora desta região. Infelizmente, verificámos a nítida incapacidade (voluntária ou involuntária) do Governo para resolver os problemas de trabalho; que lhe têm sido postos, da forma mais justa e equitativa para a esmagadora maioria dos interessados, que são os trabalhadores. Há numerosos problemas em que os trabalhadores estão a ser afectados. E parece não haver o propósito, da parte dos governantes deste país, de quererem resolver, na mais justa palavra, a causa dos trabalhadores; as dificuldades e as injustiças, cada vez mais assanhadas, que o patronato reaccionário cria aos empregados e outros trabalhadores, indo até ao incrível mas real acto de boicotarem as decisões do Governo, excusando-se a cumprir as leis! E, ante esses desvergonhados desafios do patronato, o Governo, não tem tomado, não toma, contra esses indivíduos, contra-revolucionários, as medidas que se ipõem, deixando-os fazer as coisas como eles muito bem entendem contra os mais elementares interesses dos trabalhadores e a total falta de respeito pelas determinações legais.

Contra a expressa vontade da classe trabalhadora do distrito, foi saneado o delegado do Ministério do Trabalho de Santarém, entidade que tanto fez pela defesa dos interesses das classes produtoras desta região, ajudando sempre as pessoas que a ele recorriam a pedir justiça contra os atentados às leis do trabalho. Em seu lugar, o Governo pôs um homem que parece apostado em dificultar tudo quanto diga respeito aos trabalhadores. Uma das suas primeiras medidas, desvantajosas para os trabalhadores, foi a de afirmar que «cada problema que tiver de ser apresentado ao Ministério do Trabalho, terá de ser feito com 2 horas de antecedência». Ora isto é contra a mais elementar regra de justiça e de decência.

só no papel, porquanto não resolve coisa nenhuma. Essa Comissão sim convoca os patrões recalcitrantes e propoentes. Mas a maior parte deles não responde às convocações, não aparecem. E outros dizem mesmo que não querem pagar. Isto está a acontecer mais amiúde depois do 25 de Novembro, embora já antes dessa data houvesse problemas idênticos, mas muito menos numerosos.

Outros agrários, quando são convocados através da GNR, acabam quase sempre por não serem encorçados... Pelo menos, é o que afirmam os membros da GNR encarregados dessas convocações. Como se a região de Santarém abarcasse uma área impossível de controlar... Desta maneira, os agrários destes lugares vão-se «marimbando» nas leis e nas suas obrigações legais para com os que para eles trabalham, ficando a dever-hes saláries correspondentes a semanas e meses, sem que haja uma entidade oficial que se decida, A SERIO, obrigá-los ao cumprimento, tão elementar, dum patrão pagar o salário aos trabalhadores que para ele trabalham!

Muitos desses operários agrícolas já teriam morrido de fome, bem como as suas famílias, se não fosse a activa solidariedade dos seus camaradas de trabalho.

Pensam os operários agrícolas da região de Santarém, assim como os Dirigentes dos Sindicatos, que compete ao Ministério do Trabalho resolver, com a maior urgência e eficácia, estes problemas.

A Comissão de Luta, eleita no último Plenário de Trabalhadores, cliente de que só na Unidade os trabalhadores poderão avançar lança um veemente APELO a todos os interessados no avanço do processo revolucionário português, inclusivamente aos pequenos e médios agricultores, para que comparem em massa na Concentração-Comício do próximo sábado, 14 do corrente, onde serão debatidos problemas de verdadeiro interesse para as classes trabalhadoras e para os pequenos e médios proprietários camponeses!

QUE SE PASSA NO CENTRO DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTARÉM

A nível dos trabalhadores agrícolas na região de Santarém, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Jerônimo Bom, disse-nos que se passam coisas verdadeiramente desconcertantes e incompreensíveis para estes trabalhadores do campo.

Recentemente, o Governo mandou retirar um Delegado que merecia a inteira confiança dos operários agrícolas e camponeses, substituindo-o por uma pessoa que, pelo seu comportamento profissional, prova NÃO QUERER o avanço da Reforma Agrária. E isto contra a vontade expressa dos mais interessados no assunto, que são os próprios camponeses da região.

Ainda no dia 6 de Fevereiro, o Ministério da Agricultura, teleticamente directrizes ao Centro da Reforma Agrária de Santarém, que revelam quanto do muito grave se está a decidir nas costas do povo trabalhador, e em prejuízo da Nação. Essas directrizes referem que nas propriedades há pouco abrangidas pela Reforma Agrária, que expropria terrenos de mais de 50 mil pontos, ou as propriedades de mais de 30 hectares, AS COLHEITAS DE AGORA TEM DE SER ENTREGUES AO PROPRIETÁRIO DESSES TERRENOS, AOS QUAIS É FACILITADA A POSSIBILIDADE DE EXPROPRIAR, NESSE PERÍODO QUE VAI ATÉ AO FIM DO ANO AGRÍCOLA DECORRENTE, GADO, MAQUINARIA, ÁRVORES, CORTIÇA, VINHAS, ETC. Isso equivale a dizer que se os ex-proprietários dessas terras quiserem (e olá se querem!) poderão

deixar a terra nua de valores reais e necessários para a futura marcha e desenvolvimento desses terrenos. O que, em termos de realismo, quer dizer QUE SE TRATA DE UM PERIGO DE MORTE PARA A REFORMA AGRÁRIA!

Além do mais, os proprietários da terra têm deixado de pagar os salários que devem aos operários agrícolas, insinuando e afirmando que, se o não fazem, é por culpa da Reforma Agrária, o que representa uma perigosa actividade contra-revolucionária, pois pretendem, dessa maneira, atrair esses trabalhadores contra as medidas progressistas e as conquistas reais que representa, para todos os explorados e ofendidos, a Reforma Agrária.

E praticou que o Governo tome medidas severas para obrigar esses agrários a cumprir com as suas obrigações em relação aos assalariados. Esses mesmos agrários, que se têm recusado a pagar os salários que devem aos trabalhadores, alguns deles com 7, 8, 15 e 20 anos de casa, estão já em dívida para com os trabalhadores há dez e doze semanas, que tantas são as que esses trabalhadores estão sem receber salário.

Só no distrito de Santarém há cerca de 170 processos de trabalho intentados contra patrões por motivo de despedimentos de trabalhadores agrícolas sem justa causa. Muitos desses trabalhadores em litígio com os patrões, serviram-no durante 6, 8, 10 e mais anos!

Ainda quando era delegado do Ministério do Trabalho o dr. Madeira



Lopes, a maioria dos processos era normalmente resolvidos, dentro do maior espírito de justiça. Agora, com o novo delegado, está-se a ver que vai haver muito maiores dificuldades na resolução dos processos de trabalho, pelas prepotências e injústias patronais feitas sobre trabalhadores agrícolas.

Existe uma Comissão de Conciliação e Julgamento, mas cremos que



UNIÃO SINDICAL DE ALMADA UNIR OS TRABALHADORES DEFENDER AS CONQUISTAS ALCANÇADAS

Seguindo os bons exemplos — que os bons exemplos devem sempre ser seguidos — camara-delegados sindicais de Almada, constituíram ainda há bem pouco tempo, a sua União Local dos Sindicatos do Concelho de Almada.

A União Local dos Sindicatos do Concelho de Almada, por ser de criação recente, não dispõe praticamente de recursos materiais de qualquer espécie. Tem, para seu funcionamento, a possibilidade de utilizar uma peça do Sindicato dos Metalúrgicos, que lhes foi cedida pela direcção do referido Sindicato. Mas falta-lhe tudo o mais, desde máquinas de escrever ao resto dos materiais para um necessário e correcto desempenho dos trabalhos de secretaria e de outros, inerentes à defesa de interesses de quantos trabalhadores a procuram para ser defendidos. É verdade que o mesmo Sindicato dos Metalúrgicos tem-lhes facultado a utilização de máquinas, do telefone, etc., e isso tem sido uma preciosa ajuda para o normal desempenho das mais urgentes tarefas. O que não falta, e isso é essencial nas camaradas que compõem o seu Secretariado Provisório, é o espírito de fraternidade e de dedicação à causa dos explorados, a compreensão do esforço que terão de desenvolver aturadamente para levar de vencida as inúmeras dificuldades que sempre se deparam a quem enfrenta as vicissitudes da classe exploradora.

Estiveram presentes nesta conversa, diversos membros do Secretariado Provisório dessa União Local. Foram eles, António Manuel Paulo de Oliveira, delegado sindical do Sindicato da Construção Civil; Maria Guilhermina Salvador Soares, delegada sindical, do Sindicato dos Empregados do Escritório; António Trindade Faisca Barbosa, delegado sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos; Armindo dos Santos Miranda, delegado sindical, do Sindicato dos Empregados do Comércio; Bento José Afonso, delegado sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos; e Marcelino Lopes, delegado sindical, do Sindicato dos Empregados do Comércio.

Desta União Local, fazem parte os seguintes Sindicatos do Concelho de Almada: Metalúrgicos, Construção Civil, Empregados de Escritório, Empregados de Comércio, Têxteis e Pintores da Construção Naval. Entretanto, estão sendo feitos contactos com outros Sindicatos deste concelho, de forma a virem fazer parte

desta União local que, só assim, poderá sentir-se mais forte e mais apta a servir os interesses dos trabalhadores. Entre esses Sindicatos contactados, contam-se o dos electricistas do Sul, o dos Corticeiros, o dos Professores, o dos Bancários, o da Indústria Hoteleira e o dos Ourives (para o qual a Timex dá cerca de 80% dos efectivos de sindicalização).

Compreende-se que, para desenvolver uma certa actividade, tem sido necessário fazer numerosos contactos, a nível de sindicatos e de delegados sindicais, assim como de empresas onde se verificam problemas de injustiças patronais. Além disso, têm sido necessários fazer comunicados, tratar de correspondência, etc. Ora, os recursos financeiros desta União Local são, até agora, quase nulos. Alguns dos amigos deste Secretariado, têm posto os seus carros à disposição da União. Mas há a despesa da gasolina a pagar, e os nossos amigos são trabalhadores, como os outros, e não podem continuar a suportar, eles próprios, com essa despesa. Porém, face à imperiosa necessidade de realizarmos um trabalho útil e eficaz, tem-se conseguido os meios necessários para as despesas de transporte e outras, através de empréstimos dos vários delegados sindicais que fazem parte da direcção provisória desta União Local.

Ainda e sempre temos de salientar a grande ajuda que o Sindicato dos Metalúrgicos nos tem prestado, sem a qual certamente teríamos muito maiores dificuldades para transformar em realidade esta aspiração dos trabalhadores de Almada, que é a sua União Local. Para além do mais, basta dizer-se que nos foram dadas todas as facilidades de dispomos das instalações e dos meios de comunicação (telefone, endereço, etc.) desse Sindicato, enquanto não pudemos obter instalações próprias para a nossa União Local dos Sindicatos do concelho de Almada.

É verdade que esta União está constituída há apenas três meses e não está ainda oficializada. Para o efeito da necessária legalização, são precisos os Estatutos. Ora, o primeiro projecto de Estatutos foram rejeitados. E novo projecto continua na forja, de há algum tempo a esta parte. Sem eles, não poderemos dar a esta União a amplitude necessária e a que estamos dispostos a dar-lhe. Porque todos nós bem sabemos que a União é um elemento indispensável para acti-

var, com a rapidez e a eficiência necessárias, o movimento sindical, assim como as organizações populares de base, na região de Almada.

O problema fundamental para se conseguir uma maior eficiência e dar um maior desenvolvimento a esta União, reside na legalização da mesma. Para esse fim, são indispensáveis os Estatutos. Mais: a aprovação e a legalização dos Estatutos. Porém, por exemplo, uma das grandes dificuldades de reunir os elementos do Secretariado Provisório desta União vem do facto de cada um dos seus membros, que são delegados sindicais nas respectivas empresas, terem necessidade de uma justificação, perante os patrões, passada e assinada pelo organismo máximo local, que é a União. Como não está ainda reconhecida oficialmente, a União não pode passar tais justificações de ausência desses delegados, o que causa sempre muitas dificuldades para reunir os membros que compõem o Secretariado, sobretudo em certos momentos de grande urgência.

Naturalmente, a falta de Estatutos não impede que batalhemos para fazer face a todos os pedidos de ajuda que nos têm sido feitos e continuam a ser, da parte de numerosos trabalhadores e organismos sindicais.

Mas, enquanto estes Estatutos não estiverem prontos e oficializados, os membros do Secretariado Provisório desta União Local não poderão beneficiar de diversas regalias a que têm direito, por Lei, entre as quais a de quatro dias por mês de ausência de trabalho, a que todos os membros do Secretariado podem dispor para tratar de assuntos de interesse sindical.

Bem sabemos que há outras Uniões que estão igualmente sem Estatutos oficializados e que nem por isso deixam de fazer um excelente trabalho de organização.

E é esse, também, o nosso caso, neste momento, em que desenvolvemos uma intensa actividade, mas que poderia ser de muito maior utilidade se, de facto, não estivessemos expostos às limitações atrás referidas.

Nunca é de mais repetir: com Estatutos devidamente em ordem há muito maiores possibilidades de desenvolver um trabalho em condições mais favoráveis, do que sem eles. Damos um exemplo, entre tantos que se nos têm deparado, de quanto nos é absolutamente indispensável os Estatutos, se, na verdade, quere-



mos realizar um trabalho à altura de todas as situações.

— Na CONILUS — Fábrica de Cintas e de outros artigos para Senhoras (têxteis), houve necessidade da intervenção da União Local para defender determinados interesses dos trabalhadores dessa empresa. Nas primeiras reuniões, ainda pudemos participar como representantes da União Local, por tais reuniões se terem realizado em locais acessíveis. Mas a partir do momento em que essas negociações entre patrões, operários e entidades estatais começaram a ser feitas no Ministério do Trabalho, já os membros do nosso Secretariado Provisório não tiveram acesso, por falta de reconhecimento oficial da União Local.

A União Local dos Sindicatos do Concelho de Almada mantém as melhores relações de trabalho com a Comissão Administrativa da Câmara Municipal. E é através dela que esta União Local desenvolve estreitos contactos com as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores e outros organismos de interesse local.

Estuda-se, presentemente, as possibilidades que existem para que a União Local possa estar representada nos vários organismos locais de assistência, hospitalares, saúde, etc. Foi até a própria Comissão Administrativa da Câmara de Almada que solicitou a presença de dois membros desta União para os diversos trabalhos em que está interessada.

Havia um órgão que representava o Pró-Secretariado das Comissões de Trabalhadores de Almada. A nossa União reuniu com esse Pró-Secretariado e trabalhou em conjunto com ele, num ambiente de completo entendimento e de interesses comuns.

A União Sindical Distrital de Setúbal lançou um apelo para se efectuar um Plenário com delegados sindicais, tendo por tema a Previdência. Esse plenário foi marcado para a Escola António da Costa e nele participam mais de 100 delegados sindicais.

Um outro problema que é necessário estudar e debater, para se encontrar uma solução que seja favorável aos interesses dos trabalhadores: Depois do 25 de Novembro, tem-se notado uma certa falta de comparação dos delegados sindicais às actividades desta União, talvez por negligência, talvez por incompreensíveis razões. Fazendo parte da União Local, es-

ses delegados devem compreender que só em conjunto poderão melhor estudar e propor resoluções dos problemas com que certos trabalhadores se debatem. Alguns desses delegados podem escudar-se, para tentativa de justificação da sua falta de comparência às reuniões, no facto da União não estar ainda devidamente legalizada. Eis porque esperamos, logo que os Estatutos sejam uma realidade, que todos esses elementos hesitantes possam rever as suas posições e decidam voltar a dar a sua activa e necessária participação na actividade da União Local.

Está prevista a realização da 2.ª Assembleia Popular dos órgãos do Poder Popular de Almada, em 13 de Fevereiro, que têm feito diversas reuniões de preparação, para esse efeito. Nessas reuniões de preparação têm participado as Comissões de Moradores, Juntas de Freguesia, Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Secretariado das Comissões de Trabalhadores, Núcleo Dinamizador das Assembleias Populares do Concelho, assim como a União Local dos Sindicatos de Almada.

Está, igualmente, prevista nas futuras actividades desta União, entrar em contacto com as diversas Cooperativas do concelho, assim como com a Comissão de Reformados, de maneira a que esta União possa estar melhor documentada e preparada para defender os interesses dos membros ligados a esses organismos.

Em resumo, os membros do Secretariado Provisório da União Local estão decididos a tudo fazerem para levarem por diante quanto seja necessário, sem olhar a sacrifícios, para que esta União alcance o lugar de destaque que entre as suas congéneres do País. Porque compreendem que há condições favoráveis para levar de vencida as dificuldades de que momento se lhe apresentam. Todos estão animados do melhor desejo de darem quanto puderem dar para que, num espírito de fraternidade sindicalista, sem interferências de quaisquer partidários, sempre perniciosos em problemas sindicais, possam levar a cabo a grande tarefa que incube a todos os dirigentes sindicalistas deste País, qualquer que seja o lugar de responsabilidade que ocupem: O DA DEFESA COMPLETA E INCONDICIONAL DOS INTERESSES DE TODOS OS TRABALHADORES!

EMIGRAÇÃO UTILIZADOS PARA PRODUZIR RIQUEZA DA QUAL NÃO BENEFICIAM

A emigração portuguesa é essencialmente de origem económica.

A partir do século XIX, a emigração torna-se um recurso do povo, que sai do seu país, geralmente para o Brasil (onde não encontra dificuldades de língua) para fugir à miséria. Na maioria dos casos fâminas de pão, de liberdade e de paz, fogem da exploração desenfreada das classes dominantes.

Os anos sessenta revelaram-nos, no entanto, um novo aspecto da emigração portuguesa. Nesta altura ela reveste um carácter de emigração em massa, provocando quase o despovoamento das regiões, onde as condições da vida social e política não oferecem outra saída que não seja a morte na miséria.

Os mais jovens deslocam-se dos seus haveres, entregando o dinheiro aos passadores para os tirar do bico sem saída, fugindo assim à guerra colonial em África.

A população do nosso país começa então a sofrer grandes reduções, pois entre 1960 e 1970 a população diminuiu em 2%, agravando-se nos anos seguintes. Fomos quase o único país do mundo com regressão demográfica.

A população desidratada por quase meio século de miséria e repressão feroz, só lhe resta um caminho, o da emigração. Esta opção torna-se irreversível, enquanto os governantes não lhes criarem condições económicas e políticas, que lhes permitam usufruir as regalias de cidadãos do seu país.

Para os mais válidos e empreendedores, emigrar parecia ser no contexto nacional, a solução para os que não aceitavam a miséria e a opressão como fatalidade.

Primeiro o Brasil, ultimamente a França, os emigrantes portugueses espalhavam-se por toda a Europa.

O significado da emigração para França, nos anos de sessenta e setenta torna-se, porém, preocupante, quer em número, quer em qualidade, pois neste espaço de tempo a população não só não aumentou, como diminuiu em 165 852 habitantes, agravando-se mesmo nos anos seguintes.



AMÉRICA

Antilhas Holandesas	1500
Argentina	60000
Brasil	920000
Canadá	138000
EUA	160000
Uruguai	60000
Venezuela	110000

ASIA

Hong Kong	3000
Japão	4000
Paquistão Ocidental	1050

OCEANIA

Austrália	8000
-----------	------

EUROPA

Alemanha	164000
Bélgica	12000
Espanha	26000
Frância	870000
Holanda	7000
Inglaterra	28000
Itália	2000
Luxemburgo	24000
Suécia	2000
Suíça	11000
Diversos	2500

Total 2739050

Calculam-se ainda alguns milhares que emigraram clandestinamente, pelo que o número total acima exposto, ainda aumentaria.

A EXPLORAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA BARATA

No entanto, estes nossos compatriotas que emigraram para outros países, à procura de melhores dias, grandes desilusões sofreram.

As entidades patronais nos países que os acolheram, com o total consentimento dos governos, submetem o emigrante a condições de exploração inadmissíveis, pagando-lhes ordenados inferiores, apoiando-se na sua ingorância, timidez e falta de assistência do governo do seu país, para os obrigarem a viver, na sua esmagadora maioria, nas

mais péssimas condições de vida, trabalho, saúde, ensino, habitação, etc.

Por seu lado as autoridades retiram largos benefícios do salário indirecto obrigatório dos subsídios e regalias sociais, em que o emigrante é defraudado ou simplesmente roubado.

Apesar do 25 de Abril de 1974, em que os portugueses conquistaram a liberdade de expressão, reunião e associação, pouco ou nada os governantes deste país fizeram ainda para atenuar os graves problemas dos nossos compatriotas, preocupando-se única e exclusivamente com o envio dos dinheiros ganhos com tantos sacrifícios para Portugal.

A emigração é um recurso e não deve ser apresentada como uma solução inevitável para a economia nacional. Essa foi durante anos a política do regime fascista, a torneira que se abria e fechava no quadro da traição nacional e submissão ao imperialismo.

Se atentarmos bem, verificaremos que a mão-de-obra portuguesa, é responsável pela acumulação de mais-valia desses países capitalistas. Os nossos emigrantes são assim utilizados para produzir a riqueza da qual não beneficiam. O conjunto de direitos e regalias dos trabalhadores portugueses em relação aos demais trabalhadores naturais desses países caracteriza-se por uma flagrante situação de desigualdade e injustiça.

É urgente anular esta desigualdade.

É perfeitamente justo que os nossos emigrantes enquanto trabalhadores desses países, beneficiem em pé de igualdade com os restantes trabalhadores de todos os direitos e regalias que lhes são devidas.

«AFINAL COMO É (VAI SER)?»

Se alguém nos dissesse: «Eu chamo-me António das Oliveiras ou Moreira das Iscas», por certo lhes responderíamos, sem pejo, nem vergonha: «Não te conheço!»

Mas, se mesmo por rádio ou RTP, aparecesse um generico a assobiar-nos, «eles comem tudo, eles comem tudo, e não deixam nada»...

Então, a resposta, à uma, seria: PITACAS ANTUNES!!!
Afinal, 30 dias de suspensão, como é?
Quem suspende é o Ministério da Comunicação Interna.
Das razões para a sabotagem dum programa de Interesse público, muito haverá para dizer.

Eis, no entanto, as palavras de Pitacas Antunes, a respeito.

«... Não posso deixar de manifestar a minha discordância quanto à suspensão do ÚNICO programa que na Televisão pode ajudar a esclarecer o consumidor, nesta altura em que os preços sobem em flecha e a ESPECULAÇÃO É UMA REALIDADE. Não é só a fiscalização que pode obstar à especulação. O público consumidor, ESCLARECIDO E UNIDO, também tem um importante papel a desempenhar».
AFINAL CAMARADAS, COMO; COMO É QUE VAI SER?

Devemos responsabilizar os governantes deste país, pois são eles os responsáveis pela saída dos portugueses dos seus lares, em troca da sorte incerta da emigração para fugirem à fatalidade duma vida miserável.

O quadro anexo e os números que apresenta patenteiam bem da gravidade do problema da emigração, para não falar nas condições de vida e arbitrariedades às quais os nossos compatriotas estão quotidianamente sujeitos.

Estimativa feita em 1974 sobre a emigração portuguesa

TRABALHADORES PORTUGUESES EMIGRADOS

ÁFRICA

África do Sul	149500
Marrocos	1500
Rodésia	8000
Suaelândia	4000
Zaire	20000

Rectificação

Por lapso, publicámos na 4ª página do último número de «Alavanca», 5ª coluna, uma referência à Lisnave, chamando-lhe indevidamente empresa «nacionalizada».

Também nessa mesma reportagem, 1ª coluna da 5ª página, na Moção apresentada pela comissão da Intersindical, acrescentámos, sem nenhuma razão de ser, a palavra «facções».

Por estes lapsos, apresentamos as nossas desculpas às entidades respectivas, assim como aos nossos prezados leitores.

ESTREITADA A AMIZADE ENTRE TRABALHADORES ARGELINOS E TRABALHADORES PORTUGUESES

Uma delegação da União Geral dos Trabalhadores Argelinos — a UGTA — visitou Portugal de 3 a 5 de Fevereiro, a convite da Intersindical Nacional. Faziam parte desta delegação confederal Ali Fillali, secretário-nacional e Mohamed Benaissa, membro da Comissão Executiva Nacional.

Estes dois sindicalistas falaram para os trabalhadores portugueses acerca das conquistas da Revolução Argelina; acerca do povo saariano: «Avançada» registou as suas palavras. Aqui ficam, pois, as declarações dos camaradas argelinos.

«Avançada»: Quais os motivos da vossa visita à Intersindical?

Ali Fillali: É a primeira vez que uma

Ali Fillali: Na Argélia escolhemos a via socialista, isto é, escolhemos a via de acordo com as aspirações de todo o povo. Relativamente às conquistas dos trabalhadores referimos que estamos a entrar no terceiro ano da nossa Revolução Agrária e temos uma Gestão Socialista das Empresas.

A nossa revolução desenvolve-se de acordo com três palavras de ordem: Revolução Agrária, Revolução Industrial e Revolução Cultural. Pretendemos alcançar o fim total da exploração do homem pelo homem, e a lutar pela justiça para todos e não, só, para alguns. Estão em vigor os princípios que nos orientaram logo em Novembro de 1954, na

ngaram desde que a Revolução foi feita.

«Esta Revolução Agrária efectuou-se em três fases. A primeira, a que poderemos chamar a fase teórica, consistiu na elaboração de uma Carta Nacional da Revolução Agrária, que foi plenamente discutida pelos camponeses e pela sua Organização Nacional a UNPA e pelos próprios donos das terras. Esta carta, sofreu ao longo destas discussões um enriquecimento bastante grande, e criou as condições psicológicas e políticas para que os donos das grandes terras ou sejam os latifundiários dessem voluntariamente as terras para além de 5 hectares, àqueles que verdadeiramente as trabalha-



delegação da União Nacional dos Trabalhadores Argelinos se destaca a Portugal para tomar contacto com a Intersindical, para estudar as possibilidades de desenvolvimento das nossas relações, para melhor nos conhecermos e conhecermos as realidades dos nossos países. Por outro lado, procuramos com esta nossa visita, desenvolver o nosso espírito de solidariedade proletária com os trabalhadores portugueses contra a exploração, contra o colonialismo e contra o imperialismo. É dentro deste espírito que viemos aqui, para desenvolvermos as nossas relações, para discutirmos os problemas que tocam os trabalhadores emigrados dos nossos dois países e, mais particularmente, no que se refere à 3.ª Conferência Sindical Mundial Sobre Emigração que se realizará no próximo mês de Maio na Alemanha Federal. O objectivo da nossa visita é dar o nosso apoio aos povos que lutam pela sua libertação, nomeadamente em Angola, os Palestinos, no Saara, no Chile e aos seus legítimos representantes, MPLA, OLP, Frente Polisário.

Apoiamos todos os povos que lutam pela sua libertação das garras do imperialismo e prova disso é que a Argélia acolhe todas as organizações que lutam pela independência nacional.

«Avançada»: Quais as conquistas mais significativas da Revolução Socialista Argelina?

nossa luta contra o colonialismo francês.

Por outro lado, referirei que a medicina na Argélia é completamente gratuita. O povo, os trabalhadores, têm acesso gratuitamente a todo o tipo de medicina. Ainda existem, neste momento, escolas primárias por toda a parte, inclusive nos pontos mais recônditos do nosso país. Grande parte do orçamento nacional é destinado à educação dos nossos trabalhadores.

Relativamente à indústria pesada, instauramos a do Complexo Siderúrgico de El Hadjar.

Convm referir, também, que a direcção revolucionária converte com os interesses dos trabalhadores argelinos na sua luta por uma igual justiça, pelo fim da exploração.

«Avançada»: Voltando um pouco atrás, gostaríamos de saber de que maneira se fez a Revolução Agrária Argelina, tanto mais que, neste momento, em Portugal, se assiste a uma escalada das forças de direita contra a nossa Reforma Agrária?

Benaissa Mohamed: «A Revolução Agrária na Argélia empenha todo o povo para a sua concretização. Poderemos dizer que actualmente é já bastante positiva pelo facto das cooperativas, organizadas no seio da Revolução Agrária, terem começado já a dar os seus frutos, e ainda, pela satisfação de todos os camponeses com os lucros que alcan-

vam. Convm salientar que a par com esta colectivização da terra, se fez a limitação da propriedade privada irrigada até 5 hectares e ninguém pode explorar outro homem nesse pedaço de terra, podendo apenas ser cultivada pelo dono e seus familiares.

«A 2.ª fase (a que poderemos chamar a fase prática), começamos pela repartição das grandes terras. Houve uma repartição das terras para os camponeses, que se organizaram em cooperativas agrícolas. O Estado, por sua vez, apoiou estas cooperativas com ajudas monetárias, técnicas e financeiras. Este processo conheceu um desenvolvimento bastante rápido e as Cooperativas da Revolução Agrária estão implantadas por todo o país. Houve igualmente a limitação da propriedade privada, por exemplo, as terras irrigadas foram limitadas a 5 hectares. Isto quer dizer que banimos a exploração e, que ninguém pode empregar outras pessoas nas suas terras. Os apoios a estas Cooperativas vieram também dos trabalhadores das cidades que abriram um fundo para dar o seu contributo aos trabalhadores dos campos. Este Fundo foi criado pela UGTA juntamente com outras organizações de juventude, das mulheres (UNFA) entre outras. Por outro lado, os estudantes e os trabalhadores industriais aproveitaram as férias, os fins-de-semana para irem aos campos ajudar a enriquecer-se com aquela experi-

DECLARAÇÃO CONJUNTA UGTA — INTERSINDICAL

Uma delegação confederal da UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos) constituída por ALI FILLALI Secretário Nacional e por MOHAMED BENAISSA membro da Comissão Executiva Nacional, visitou Portugal de 3 a 5 de Fevereiro de 1976, a convite da Intersindical.

Durante a sua estadia a delegação da UGTA teve importantes conversações com o Secretariado da Intersindical e visitou a empresa metalúrgica COMETNA onde foi recebida pela respectiva Comissão de Trabalhadores.

Nas conversações com o Secretariado da Intersindical foram trocadas informações mútuas sobre o desenvolvimento e as actividades sindicais das duas organizações.

As duas organizações estudaram as formas de reforçar vantajosamente as suas relações e os laços de amizade e cooperação.

A UGTA e a Intersindical condenam as acções terroristas praticadas pelas forças reaccionárias e exploradoras contra os trabalhadores e as organizações progressistas em Portugal; esta situação favorecida pela passividade das forças da ordem constitui uma ameaça permanente contra a liberdade e as conquistas dos trabalhadores portugueses.

Durante as discussões as duas organizações analisaram assuntos de interesse comum como as questões relativas à emigração, ao estabelecimento de uma nova ordem económica mundial e a preparação da Conferência Sindical Internacional sobre a Emigração prevista de 20 a 22 de Maio de 1976 em Stuttgart, bem como a preparação da Conferência Sindical Mundial sobre o desenvolvimento.

A Intersindical escudou com particular interesse as informações prestadas pela delegação da UGTA respeitantes à edificação socialista no país.

A Intersindical saúda calorosamente as grandes realizações socialistas registadas pela revolução argelina.

A UGTA e a Intersindical saudam as vitórias alcançadas pelos Movimentos de Libertação Nacional, pelos trabalhadores e pelos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e de todas as antigas colónias portuguesas.

As duas organizações saudam a proclamação da República Popular de Angola sob a égide do MPLA representante autêntico do povo angolano e saudam as vitórias alcançadas sob as forças de agressão estrangeiras, em particular a África do Sul racista e os mercenários ao serviço do imperialismo.

Saudam muito particularmente os trabalhadores angolanos e a sua organização sindical de classe — a UNTA — que luta pela libertação total do povo colonialista e pela

independência.

A Intersindical e a UGTA condenam a invasão do exército real marroquino contra o Saara Ocidental bem como os massacres efectuados por esse exército contra o povo do Saara Ocidental.

As duas organizações sindicais exprimem a sua total solidariedade com a luta do povo do Saara Ocidental sob a direcção da Frente Polisário, pelos seus inalienáveis direitos à autodeterminação, à independência, conforme as resoluções da ONU e a as resoluções da Conferência de Chefes de Estado da OUA e dos países não-alinhados, bem como as decisões tripartidas de Nouadhibou, Nouakchott e de Agadir.

As duas organizações denunciam o acordo hispano-marroquino-mauritaniano referente à divisão do Saara Ocidental e à exploração das riquezas do país particularmente dos jazigos petrolíferos, pelos sistemas capitalista e feudal de exploração aliados dos interesses do imperialismo internacional.

As duas organizações sindicais condenam todas as intervenções estrangeiras em Timor onde deve ser respeitado o direito do seu povo de decidir livremente do seu futuro.

A UGTA e a Intersindical exprimem a sua solidariedade para com as Comissões Operárias de Espanha no seu combate para liquidar o regime fascista e pelo estabelecimento das liberdades sindicais e democráticas.

As duas organizações apoiam a luta do povo palestino sob a direcção da OLP pela justa luta que trava pelo restabelecimento dos seus legítimos direitos nacionais, contra o imperialismo e o sionismo.

As duas organizações sindicais reafirmam a sua solidariedade activa para com os povos da Ásia, África e América Latina na sua luta anti-imperialista, anticolonialista e antieconomicista, e muito particularmente com a luta da classe operária chilena contra a sua organização sindical — a CUT.

As duas organizações sindicais estão convencidas de que só com a edificação e aprofundamento do socialismo se criam no mundo as condições favoráveis para liquidar os regimes de opressão e de exploração que constituem uma ameaça permanente contra a libertação dos povos e a Paz no Mundo.

A UGTA e a Intersindical regozizam-se pelo seu encontro animado pelo espírito de solidariedade e operária internacional e pela amizade entre os trabalhadores argelinos e os trabalhadores portugueses nas suas lutas comuns pela paz e pelo progresso social em todo o Mundo, os mercados e a troca de experiências e de reforçar vantajosamente as suas ligações, a UGTA e a Intersindical saúdam a delegação da UGTA a visitar a Argélia durante o mês de Março de 1976, convite esse que foi aceite.

ência revolucionária. Nestas férias, de Inverno, por exemplo, cerca de 10 000 estudantes foram para o campo.

«Foi ainda lançada uma campanha para a construção de mil aldeias à volta dessas cooperativas, para que os camponeses tenham o mínimo indispensável, tenham as infra-estruturas sociais para poderem viver. Isto permitiu-nos, também, promover o retorno dos nossos emigrantes. (que não têm o mínimo de condições económicas, sociais ou políticas nos países capitalistas onde trabalham), que tinham abandonado os campos, durante a fase colonialista, e muitos deles os primeiros anos da libertação, porque não tin-

ham nenhuma condições que lhes permitisse viver com seres humanos. Já que estamos a falar de emigrantes, diremos que neste momento promovemos uma larga campanha para o retorno dos nossos emigrantes, tanto mais que temos bastante necessidade de operários especializados.

«Bom, mas voltemos à Revolução Agrária. Neste momento entramos na 3.ª fase a que chamamos de Pastoralismo. Esta é a última e ainda numa etapa pré-prática e consiste essencialmente em libertar os pastores, que trabalham por conta de outro, não recebendo, por isso, salários, e muitos deles os primeiros anos da libertação, porque não tin-

dade dos rebanhos não podendo depois disso, o que possui os rebanhos, explorar a mão-de-obra de outro trabalhador. Os outros pastores, que anteriormente trabalhavam para outros, com os rebanhos que lhes caberia, integram-se ao quadro mais geral da Revolução Agrária e das cooperativas agrícolas. Beneficiário como estes, de todas as regulações econômico-sociais-políticas».

«Avançada» Relativamente ao problema da Sara Ocidental qual a posição da Argélia relativamente a este conflito?

Ali Fallali: «O processo revolucionário que se desenvolve na Argélia não agrada, como é óbvio, a todos. É o caso por exemplo da monarquia marroquina que não tem interesse em ter um regime socialista, mesmo junto de si, que põe em causa o seu próprio regime de exploração. Está neste caso, também, os regimes reaccionários da África do Norte. A prova mais concreta disto foi a invasão marroquina da Sara Ocidental. Esta invasão veio demonstrar que por um lado, o sistema feudal marroquino faz tudo para conservar o seu sistema de exploração sobre os trabalhadores marroquinos e, por outro lado, quer impôr a sua exploração ao povo saariano que aspira, como todos os povos, à autodeterminação e independência. A Argélia, relativamente a este problema, apenas exige que se cumpram as decisões das Nações Unidas, do Tribunal Internacional da Haia, da OUA, da Conferência dos Países Não-Alinhados e dos Acordos assinados entre Marrocos, a Mauritânia e a Argélia que reconhecem o direito do povo saariano à autodeterminação e independência sem pressões exteriores. Contudo, o regime monárquico marroquino e o regime reaccionário da Mauritânia com a cumplicidade, mais que ligam, da monarquia colonialista espanhola, quiseram destruir todas as decisões anteriormente tomadas, o que constituiu um desprezo total, não só para com o direito do povo saariano, mas para com todos os povos em geral, ao seu legítimo direito de decidir, por si, dos seus destinos. Tanto mais grave se torna se atentemos a que o povo saariano está organizado e tem um partido, a Frente Polisário que luta pelo fim da exploração de todos os trabalhadores saarianos.

«Nós aqui podemos, fazer duas perguntas, que mostram bem a agressão que o povo saariano está a sofrer. São elas: Se o Sara é marroquino, porquê Marrocos aceita reparti-lo com a Mauritânia? Porquê, também, aceita as decisões sobre este caso da Espanha? É porque tal posição marroquina surge para a defesa dos interesses dos trabalhadores», dizem eles. Nós dizemos que não. Não é em interesses dos trabalhadores. Porquê? Porque a Espanha, todos sabem, tem um governo totalitário, repressivo de todas as lutas dos trabalhadores e das suas verdadeiras organizações de classe, o regime monárquico marroquino, e a Mauritânia reprime, também eles, todas as formas de luta dos trabalhadores dos seus respectivos países. Mas, além disto, existem, também, os interesses das Multinações que estão interessadas na continuação da exploração dos fofatos saarianos. Em suma: é, efectivamente, o imperialismo que está por detrás desta invasão do Sara Ocidental. Tudo isto, no entanto, não é apenas uma agressão ao povo saariano, como também se cinge com a revolução argelina, que se abriu a via socialista, como via de desenvolvimento. Podemos dizer que estamos sempre ao lado dos trabalhadores marroquinos e mauritanos, mas fazemos a diferença entre os trabalhadores desses países e as direcções sindicais que existem nos trabalhadores, pois colaboram com aqueles regimes.

O POVO DE ANGOLA EXPULSA O IMPERIALISMO

O MPLA nas últimas semanas infligiu às forças imperialistas, (FNLA e UNITA), que invadem aquela ex-colónia portuguesa, pesadas derrotas militares. Com efeito o MPLA está prestes a derrotar totalmente as forças agressoras e a expulsá-las finalmente do seu território.

As FAPLA (Forças Armadas Populares) avançam em todas as frentes. As populações fogem dos locais ainda controlados pelos outros pseudo-movimentos para os já pertencentes à República Popular de Angola. Em contrapartida as tropas sul-africanas que combatiam ao lado de Holden Robert e Savimbi batem em retirada. Entretanto anuncia-se em Londres o envio, de cerca de 250 mercenários ingleses, pagos a 150 mil libras por semana para Angola, para combaterem junto das forças pró-imperialistas. Recentemente e segundo comunicado difundido pela ANGOP, agência noticiosa angolana, a República Popular de Angola, reafirma que não negociará «a saída de nenhuma força que invadiram o nosso país, porque a presença dos racistas sul-africa-

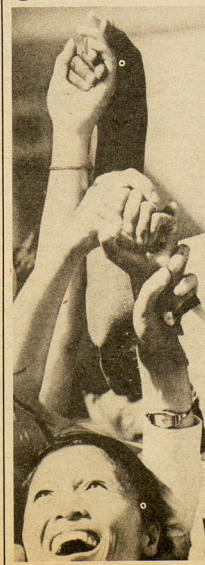
nos além de ser uma ingerência nos assuntos internos angolanos, é contrário às cartas da Organização da Unidade Africana (OUA) e das Nações Unidas. O governo racista da África do Sul deve imediatamente, e sem condições evacuar todas as suas tropas de Angola», isto a propósito de uma recente declaração da África do Sul em que afirma não retirar completamente de Angola, abstando-se, no entanto, de participar em acções militares.

Por outro lado, no passado dia 28, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos por 322 votos contra 100 repudiou o último apelo de Gerald Ford no sentido de os Estados Unidos continuarem a auxiliar financeira e militarmente os movimentos fantoches da UNITA/FNLA.

Naturalmente que para esta resolução muito deve ter contribuído a lembrança do caso Vietnam.

Deste modo, os grupos fantoches, de Holden e Savimbi encontram-se cada vez mais isolados, tanto a nível interno como internacionalmente.

EM SAIGÃO PULSA UMA NOVA VIDA



Modificou-se o aspecto da cidade. Os edifícios estão engalanados com bandeiras da República do Vietnam do Sul e da República Democrática do Vietnam. Muitas ruas têm os nomes dos heróis nacionais ou dos acontecimentos mais marcantes da luta revolucionária; nos cruzamentos mais movimentados, grupos de jovens dirigem o tráfico. Uma grande exposição, recorda o alto preço que um Povo pagou pela liberdade: fotografias, documentos, colunas com números. Trezentos e setenta mil orfãos, dezenas de milhares de vítimas do napalm... Dados dos prejuízos que sofreu a economia.

Agora, a vida tem um tranquilo ritmo de trabalho. Aos comités revolucionários populares, surgiram muitos e diversos problemas, mas são resolvidos. Nos primeiros 6 meses após a libertação, foram distribuídos entre os habitantes mais de 15 000 toneladas de arroz. A ajuda chegou da RDV e dos países socialistas. Os camponeses que Thieu obrigava a viver nas «aldeias estratégicas», regressam aos seus lares. Recolheu-se a primeira colheita de arroz depois da guerra. Houve especuladores que trataram de aproveitar-se das dificuldades e foram descobertos depósitos com grandes quantidades de víveres, imediatamente confiscados e distribuídos pelas redes comerciais do Estado a preços muito mais baixos do que o comércio privado.

Uma das principais preocupações dos comités populares revolucionários, dos sindicatos e de outras organizações de massas, é garantir o trabalho a todas as pessoas. Durante o regime de Thieu, quase 80% dos



O 4 DE FEVEREIRO

4 de Fevereiro de 1961. O MPLA começou a luta de libertação do povo angolano. Os alicerces do colonialismo começaram a tremer. Tinham começado as guerras coloniais que só terminariam após a queda do regime fascista português. Milhares de mortos ficaram a assinalar os 15 anos de luta armada do MPLA contra o colonial-fascismo português. A política de desinstituição e manipulação do povo português, feita pela camarilha de Salazar e Caetano, acenando com o «terrorismo», levou milhares de jovens soldados portugueses a combater aqueles que mais não faziam do que lutar pelo fim da exploração do seu povo e, consequentemente pelo fim da exploração do povo português.

Contudo, o MPLA não pôde cessar a sua luta com a independência de Angola. Este país africano é demasiado rico para que o imperialismo permitisse que este povo conseguisse a sua independência, sem luta. Assim, criou dois movimentos de libertação fantoches para dividir o povo, para o confundir. Mas este não se deixou ludar. Sabe muito bem quem o defende, e quem o quer continuar a explorar. Prova disto são as vitórias ultimamente

trabalhadores estavam desempregados e quando as tropas patrióticas entraram na cidade, a maior parte das empresas estavam paralisadas. Hoje, centenas de empresas estão em laboração e graças ao auxílio dos países amigos, Saigão tem garantido quase todos o combustível de que necessita. Mais difícil é a situação que respeita as matérias-primas e por isso se calculam cuidadosamente todas as reservas disponíveis e se distribuem organizadas pelas fábricas. Os sindicatos, desempenham um papel activo na gestão da economia.

Nos arredores de Saigão o complexo têxtil de Socovina, funciona já desde Maio. O antigo proprietário fugiu para o estrangeiro nas vésperas da libertação e, actualmente, todos os problemas relacionados com a produção, matérias-primas e organização do trabalho, são resolvidos pela nova administração em cooperação

alcançadas pelo MPLA, o legítimo representante do povo angolano, sobre os outros dois pseudo-movimentos a FNLA e a UNITA.

A 15 anos de começo da luta o MPLA e a República Popular de Angola dominam na quase totalidade a ex-colónia portuguesa. O imperialismo será completamente destruído pelos massas trabalhadoras angolanas.

Juntado-se às comemorações do 4 de Fevereiro, que finalmente puderem ser celebradas em liberdade, o Secretariado da Intersindical Nacional, enviou um telegrama à UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) de saudação, apoio e solidariedade. Passamos a transcrevê-lo na íntegra:

«Na passagem do 15.º aniversário do 4 de Fevereiro, marco histórico da luta armada anti-imperialista em Angola, contra a exploração e a dominação, o Secretariado da Intersindical saudá fraternalmente os companheiros da UNTA e por seu intermédio a vanguarda patriótica do povo angolano, o MPLA, a quem endereçamos o mais caloroso e militante apoio no combate pela total independência de Angola, até à vitória final. A luta continua. A vitória é certa».

com o comité sindical. «A fábrica é a tua casa e tu és o seu dono», diz-te hoje no Vietnam do Sul. Todos os trabalhadores do complexo participam na emulação socialista. Em conjunto, discutem como aumentar os stocks. Mas o sindicato não se ocupou com os problemas de produção: organizam-se cursos para operários, biblioteca, cantina e um clube.

Ainda há pouco tempo se inaugurou em Saigão um clube operário equipado com tudo o necessário para o repouso dos trabalhadores: uma grande biblioteca, salas e estúdios para os grupos dos amadores de arte, instalações desportivas. Montou-se uma exposição de obras de arte feitas pelos operários das empresas de Saigão.

Representantes de vastos sectores do Vietnam do Sul, expressam o seu desejo ardente de que se restabeleça, rapidamente, a unidade do Vietnam.

AUMENTAR OS PREÇOS PARA ENCHER OS BOLSOS DOS PATRÕES

● O constante e generalizado aumento de preços de bens de grande consumo afecta essencialmente os trabalhadores e tem como imediata e principal consequência aumentar as desigualdades existentes, provocando um fosso ainda maior entre os rendimentos dos capitalistas e os salários dos trabalhadores.

● No tempo do fascismo, em especial nos últimos meses, a desenfreada subida de preços

em geral sobe constantemente.

● Os primeiros governos provisórios, devido à pressão dos trabalhadores e ao avanço do processo revolucionário, adoptaram medidas concretas para impedir a subida desenfreada dos preços.

● O congelamento de preços após o 25 de Abril, o congelamento das rendas de casa, o congelamento de preços de certos produtos após o 11 de Março,

VARIAÇÕES MÉDIAS MENSAIS cidade de Lisboa

	Jan 74	Abril 74	Jan 75	Dez 75	Jan 76
	Abril 74	Dez 74	Nov 75		
Índice Geral (excluindo Habitação)	2.9	1.6	0.8	3.6	
ALIMENTAÇÃO	3.1	1.9	1.0	5.8	

Com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística. Entre Janeiro e Abril de 74 verificou-se um crescimento médio mensal dos preços na ordem dos 2,9 %, na cidade de Lisboa.

De Abril a Dezembro houve uma subida menos acentuada nos preços, com um crescimento médio mensal de 1,6 %.

Em 1975, e até Novembro, o crescimento dos preços teve tendência a diminuir (aumento de 0,8 % em média por mês).

Em Dezembro o índice oficial reflecte já as consequências do 25 de Novembro e das medidas de austeridade para os trabalhadores; no entanto será em Janeiro que se verificará (no índice, porque a prática já o demonstrou) mais claramente as consequências das medidas antipopulares do Governo.

visava garantir e aumentar os lucros dos monopólios e dos intermediários parasitas, visava diminuir o nível de vida dos trabalhadores.

● A herança económica do fascismo, que deixou Portugal numa situação de dependência em relação aos países imperialistas, e a actual crise do sistema capitalista, não permitem dizer que seria possível travar completamente a subida de preços.

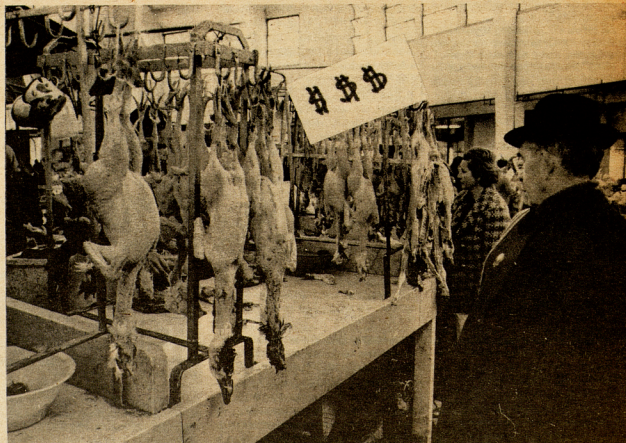
A estabilização dos preços durante largos períodos só é conseguida nos países socialistas, em que a independência económica está assegurada e a economia é planificada de acordo com os interesses populares, em que o nível de vida dos trabalhadores e do Povo

foram algumas dessas medidas.

Alguns organismos de coordenação económica (precisamente os mesmos que o Ministro Magalhães Mota quer sanear) encararam o problema dos preços como um problema cuja resolução tinha de estar enquadrada na luta antimonopolista e na luta contra os intermediários parasitas.

Por isso preferiram, em vez da facilidade tecnocrática de aumentar constantemente os preços, sanear os circuitos de comercialização, mantendo os preços no consumidor aumentando os preços ao produto, diminuindo as margens de lucro.

● Paralelamente a institucionalização do salário mínimo, os novos contratos colectivos, a satisfação de cadernos reivindicativos, leva-



ram a uma melhoria real do nível de vida, dos trabalhadores, em especial das camadas que eram mais exploradas.

● O que toma um processo revolucionário atractivo para os trabalhadores, o que os mobiliza de facto, é verificarem na prática que a sua situação está a ser melhorada, que as medidas que estão a ser tomadas garantem a confirmação da melhoria das condições de vida. Foi o que se passou desde o 25 de Abril até ao VI Governo.

● A estratégia da recuperação capitalista da economia que está a ser levada a cabo assenta:

— nas garantias dadas aos capitalistas para investirem (ou seja para explorarem);
— na contenção e redução do nível de vida das massas trabalhadoras.

● O aumento de preços é um instrumento que pretende atingir os dois objectivos.

● Vem nos livros de economia e constitui uma medida tecnocrática aplicada pelos países capitalistas, que uma das formas de fomentar o investimento é fazer subir os preços, criando um «bom ambiente» para os negócios. É o que o VI Governo quer...

Vem da prática, e o que se está a passar demonstra-o, que os capitalistas preferem especular a investir, açambarcar a vender, agravar mais ainda as atenções inflacionistas, para as aumentarem os lucros mais, e mais depressa.

● Talvez mais grave que os aumentos de preços decretados directamente pelo Governo, é a consequência para to-

dos os outros preços de produtos de consumo diário que até ao V Governo eram controlados pelos organismos de Estado e que o VI Governo decidiu pôr em regime de preços livres.

Cabe portanto ao VI Governo a pesada responsabilidade de ter reaberto as portas da especulação generalizada que se viveu nos últimos meses do fascismo e que o 25 de Abril veio pôr cobro.

● Ainda por cima, uma série de medidas que poderiam ser tomadas para contrabalançar o aumento de preços NÃO o são, antes pelo contrário: foi congelada a contratação colectiva, que inclui salários e regalias sociais, fomentou-se o clima de especulação (quando por exemplo, «responsáveis» do VI Governo foram anunciar que muitos outros preços iam aumentar sem dizer quais). Cada dia que se consiga não aumentar os salários é mais lucro que entra nos bolsos dos

patrões, porque os preços, esses aumentam sempre.

● A seguir ao 25 de Novembro, os que antes diziam (sem dados a comprová-lo) que a situação da economia era tão ruínoza que teríamos um «socialismo de miséria», tiram a sua verdadeira máscara e em vez do «socialismo da abundância» com que demagogicamente acenavam, dão-nos um verdadeiro capitalismo de miséria.

● A pressão de massas populares obrigou já o VI Governo a recuar (em palavras). A luta terá de prosseguir sem desfalecimentos para obrigar a que as palavras se tomem actos e as condições de vida dos portugueses (na sua maioria ainda miseráveis) sejam defendidas e melhoradas.

Foi para isso que o 25 de Abril se fez, foi por isso que foi apoiado.

Foi por isso e para isso que o caminho do socialismo se abriu.

